

01 JUL 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Atos em defesa da Lava Jato exaltam Moro e atacam ministros do Supremo

### Imagem do titular da Justiça estampou faixas que minimizaram impacto de diálogos suspeitos

BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Atos organizados em defesa da Operação Lava Jato, neste domingo (30), minimizaram o vazamento de conversas envolvendo o ministro da Justiça, Sergio Moro, e concentraram ataques nos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Convocadas por movimentos como VPR (Vem pra Rua), MBL (Movimento Brasil Livre) e Nas Ruas, que foram indutores de protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016, as manifestações ocorreram em ao menos 70 municípios de todos os estados e no Distrito Federal.

Moro, ex-juiz da Lava Jato responsável pela condenação e prisão do ex-presidente Lula, foi exaltado em bonecos gigantes e em faixas e camisetas que estampavam a frase "In Moro we trust" — "em Moro nós acreditamos", uma referência a uma das mensagens atribuídas ao ministro nos diálogos divulgados desde o dia 9 de junho pelo site The Intercept Brasil.

O ministro de Jair Bolsonaro (PSL) tem tido sua imparcialidade questionada. Nas conversas com membros da força-tarefa da Lava Jato, Moro aparece orientando procuradores em processos envolvendo o ex-presidente. Ele indica testemunhas, cobra a realização de novas operações e antecipa ao menos uma decisão.

O ex-juiz e os procuradores afirmam não ter como garantir a veracidade das mensagens e criticam os vazamentos, que atribuem a ação criminosa de hackers.

Para defender Moro, os manifestantes voltaram suas críticas aos ministros do STF e, em menor medida, aos chefes da Câmara e do Senado.

Em Brasília, uma das pautas mais defendidas foi a CPI da Lava Toga, para investigar os magistrados da corte superior. Em frente ao Congresso foram inflados quatro bonecos gigantes: dois do ex-presidente Lula (ambos com roupa de presidiário), um de Moro vestido de super-homem e um que une Lula, o ministro do STF Gilmar Mendes e o ex-ministro do PT José Dirceu, associando o partido à corte.

Apesar de ter sido indicado ao STF pelo PSDB e de ser historicamente descrito como um adversário do PT, Gilmar é um dos principais alvos dos grupos bolsionaristas. Recentemente o ministro votou a favor de um habeas corpus para Lula, pedido que acabou negado por uma das turmas do tribunal na última terça (25).

No Rio, o aposentado Carlos Sato, 68, resumia o sentimento de muitos amigos sobre os diálogos vazados que colocaram Moro na berlinda: "Se ele falou mesmo tudo aquilo, fez bem. Se for pra tirar a petralhada bandida, não vai ser na

meiguice. Com quem joga sujo você não pode dar mole".

No ato em Copacabana, na zona sul carioca, um minicaminhão com faixa do movimento Nas Ruas trazia na lateral uma cartolina que lembrava a frase do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, sobre bastar um cabo e um soldado para fechar a mais alta corte do Judiciário brasileiro.

O trio elétrico do Brasil Conservador puxou uma vaia para os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Também foram alvo de repúdio os ministros do STF Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, além de Gilmar.

"A agenda deles é anti-Brasil", afirmou uma mulher que se identificou como Neide do Brasil. "Eles querem dar sobrevida à mamata lulista."

Os manifestantes também fizeram críticas à imprensa. "Esses diálogos são falsos na sua origem. Quem está divulgando são canalhas que querem atemorizar os juizes, os promotores, os que querem acabar com essa rede de corrupção", discursou o jurista Modesto Carvalhosa, no carro do Vem Pra Rua em São Paulo.

**CONTINUA**

01 JUL 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

O empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan e aliado de Bolsonaro, criticou o fato de diversos veículos, entre eles a Folha, terem entrevistado Lula na prisão.

“Como pode um preso em Curitiba ser tratado como um pop star?”, perguntou, do alto do carro de som do grupo Nas Ruas, na capital paulista.

A manifestação em São Paulo reuniu artistas como a atriz Regina Duarte, o cantor Latino e o apresentador Otávio Mesquita. Regina pediu união.

“A eleição passou. Quem perdeu, perdeu, quem ganhou, ganhou. Agora somos um povo só”, disse ela, que defendeu também a aprovação da reforma da Previdência.

01 JUL 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# 'Eu vejo, eu ouço', diz Moro sobre manifestações

SÃO PAULO E BRASÍLIA O ministro Sergio Moro (Justiça) se manifestou em uma rede social em relação aos atos de apoio a ele e à Lava Jato que ocorreram neste domingo (30).

"Eu vejo, eu ouço, eu agradeço. Sempre agi com correção como juiz e agora como ministro. Aceitei o convite para o MJSP [Ministério da Justiça e Segurança Pública] para consolidar os avanços anticorrupção e combater o crime organizado e os crimes violentos. Essa é a missão. Muito a fazer", escreveu no Twitter.

Moro também criticou as reportagens que divulgam diálogos atribuídos a ele e a integrantes da Lava Jato a respeito do andamento da operação.

"Sou grato ao PR jairbolsonaro e a todos que apoiam e confiam em nosso trabalho. Hackers, criminosos ou editores maliciosos não alterarão essas verdades fundamentais. Avançaremos com o Congresso, com as instituições e com o seu apoio", afirmou.

Durante ato em Brasília, o ministro Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) disse que estão colocando Moro contra a parede para libertar "um bando de canalhas" da prisão.

"O ministro Moro teve a coragem de abandonar 22 anos de magistratura para se entregar à pátria sem ganhar nada. E esse homem está sendo colocado na parede para tirarem da cadeia um bando de canalhas que afundaram o país", disse.

"Acho que é uma calhordice quererem colocar o ministro Sergio Moro na situação de julgado ao invés de ser juiz. Estão querendo inverter os papéis e transformar um herói nacional num acusado", disse.

Ao seu lado estava um dos filhos do presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O presidente comentou brevemente os protestos.

"É um direito de o povo se manifestar. Eu costumo sempre dizer. A união dos três Poderes precisa fazer parte de nós. Está no coração, no sentimento nosso. Uma coisa que pode levar o Brasil ao local de destaque que merece", disse, na entrada do Palácio da Alvorada.

Nas redes sociais, Bolsonaro afirmou que a população "mostrou novamente que tem legitimidade".

### TIRITEIO

**“Moro representa a esperança de que possa existir Justiça no Brasil. Sua força intimida a política e provoca inveja no STF”**

Do senador Major Olímpio (SP), líder do PSL, sobre os atos de apoio ao ex-juiz em meio à crise do vazamento de mensagens da Lava Jato

### PAINEL

**CORDA BAMBÁ** Integrantes do STF começam a manifestar receio de que, com o avanço de revelações sobre bastidores de delações, colaboradores digam à Justiça que foram obrigados a assumir crimes que não cometeram.

**CORDA BAMBÁZ** O assunto surgiu após reportagem da Folha em parceria com o The Intercept, neste domingo (30), revelar debates internos sobre o trato — ainda inconcluso — de Leo Pinheiro, da OAS.

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

# A Lava Jato e Bolsonaro

### Moro e Deltan foram nadar em águas muito mais profundas do que lhes seria seguro

Deltan Dallagnol tentou convencer os procuradores da Lava Jato a fazer busca e apreensão na casa de Jaques Wagner, coordenador da campanha de Fernando Haddad, às vésperas da eleição de 2018, nem que fosse por uma "questão simbólica". A conversa foi revelada pela parceria Folha/Intercept Brasil no último sábado.

Se a questão fosse apenas agir contra Wagner antes que ele adquirisse foro especial (havia sido eleito senador), o que uma busca e apreensão sem utilidade processual simbolizaria? Mas se o objetivo era favorecer a eleição de Jair Bolsonaro, o simbolismo era evidente.

E nesses, como em outros pontos, é difícil dar o benefício da dúvida a Moro e a Deltan porque Moro tornou-se ministro da Justiça de Bolsonaro.

De todos os vazamentos até agora, o que mais me doeu a alma, pela sensação de oportunidade perdida, foi a postagem da procuradora da Lava Jato Jerusa Viaceli sugerindo aos colegas um posicionamento público que distanciasse a Lava Jato das posições autoritárias de Jair Bolsonaro, bem como de candidaturas que haviam anunciado os nomes de futuros ministros que eram acusados de corrupção.

Nada do que Moro venha a fazer como ministro será melhor para o Brasil do que teria sido uma declaração distanciando o lavajatismo do Bolsonarismo.

Disse a procuradora: "Pessoal, desculpem voltar ao assunto (sou voto vencido), mas, somente esta semana, várias pessoas, inclusive alguns colegas e servidores, me questionaram a ausência de manifestação da FT diante de alguns posicionamentos dos candidatos à presidência. [...] Em outros tempos, por motivos outros, mas igualmente relevantes e perigosos, divulgamos nota, convocamos coletiva e ameaçamos renunciar (!) [...] Acho muito grave ficarmos em silêncio quando um dos candidatos manifesta-se contra a nomeação do PGR da lista tríplice, diante de questões ideológicas. Mais grave ainda, assistirmos passivamente, ameaças à liberdade de imprensa quando nós somos os primeiros a afirmar a importância da imprensa para o sucesso da Lava Jato [...]".

Mesmo se você não gostar do PT, lembre-se de que um pronunciamento como o sugerido por Viaceli poderia ter sido feito no primeiro turno.

Algumas semanas depois, com Moro já cotado para o Ministério da Justiça, todos os procuradores da força-tarefa, à exceção de Deltan, estavam horrorizados com a perspectiva de associação da Lava Jato com o novo governo.

A procuradora Monique Cherker resumiu bem a impressão que a nomeação causaria: "É a 'escadinha' disso tudo foi terrível: Moro ajudou a derubar a esquerda, sua esposa fez propaganda para Bolsonaro e ele agora assume um cargo político. Não podemos olhar isso e achar natural".

Ainda vai haver muito debate sobre o viés político da Lava Jato, e imagino que os vazamentos do Intercept nos ajudarão a esclarecer essa questão.

Mas é difícil não ter, desde já, uma impressão muito clara: Moro e Deltan foram nadar em águas políticas muito mais profundas e agitadas do que lhes seria seguro.

Nenhum dos dois seria nada sem a democracia, sem a liberdade de imprensa, sem a alternância partidária que quebrou a dependência do Judiciário e da polícia diante dos mesmos chefes de sempre.

Gente assim não deveria brincar de bolsonarismo.

01 JUL 2019

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

**NA CHUVA** O arquivamento do processo contra Deltan Dallagnol na corregedoria do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) deve sofrer contestação do colegiado. Conselheiros se articulam para apresentar recurso contra a decisão. Assim, ela seria analisada pelo plenário — depois de intenso debate.

**ASSINO EMBAIXO** A bancada feminina na Câmara enviou carta a Bolsonaro para apoiar o nome da advogada Daniela Teixeira para o TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Ela foi indicada por unanimidade pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para encabeçar a lista tríplice de candidatos enviada ao presidente.

**PASSADO** Daniela passou a ser atacada por pessoas ligadas ao presidente, que repercutiram um vídeo em que ela aparece discutindo com Bolsonaro no parlamento, em 2016.

**FUTURO** A carta é assinada pela deputada Soraya Santos (PSL-RJ), primeira-secretária da Câmara, e pela deputada Professora Drinha (DEM-GO), coordenadora da bancada feminina. Elas lembram que, caso Daniela não seja nomeada, o TSE terá apenas ministros homens a partir de 2020 — quando Rosa Weber deixará o tribunal.

**PAISEFILHOS** O Ministério Público do Trabalho (MPT) quer propor uma legislação para que mães e pais possam compartilhar parte do final do período de licença maternidade.

**JUNTOS** A ideia é permitir que após 120 dias da licença-maternidade o pai assuma, caso queira, o cuidado da criança por 60 dias e a mãe retorne ao trabalho. Hoje, no órgão, os homens têm direito a 20 dias. Esse período seria adicional.

**LOCAL** O projeto foi encaminhado para a Procuradoria-Geral da República. Caso seja aprovado, a lei que cria a chamada licença parental será apenas para funcionários do Ministério Público da União.

**TOCOS** A intenção do MPT é que a iniciativa seja exemplo para os demais órgãos públicos e empresas privadas. Em 2015, o órgão foi precursor na regulamentação do uso do nome social por travestis e transsexuais em todas as unidades. A ideia foi replicada depois por outras instituições.

# Um juiz para chamar de seu

O excesso de demandas ao Judiciário é índice de retardo mental social em escala

As vezes tenho dó dos juízes e juízas (para que não digam que não reconheço o sexo na magistratura). Logo terão de decidir se num casal em “conchinha na cama”, a mulher se esfregando de costas no cara, ela queria ou não transar. É evidente que logo surgirão centenas de casos envolvendo cães, gatos, passarinhos, larvas de estimação e afins. O mundo segue sua trajetória irrevogável em direção à infantilização.

Quem tem o direito de decidir o lugar da escova de dentes na pia do banheiro? Como decidir quem deve decidir a marca da pasta de dente? Com a emancipação masculina em curso, os homens portadores da nova masculinidade (ou deveria dizer novas masculinidades, já que existe uma masculinidade para cada homem?), seguramente exigirão o direito de decidir a marca da pasta de dente.

As mulheres, por sua vez, já há décadas nessa estrada da maioridade ou emancipação, se queixarão da suposição de que escolher a marca da pasta de dente seria “função do gênero feminino” — “@s juízes” decidirão?

Na verdade, marchamos para uma situação em que pessoas exigirão o direito, enquanto cidadãos, de ter um juiz para cada uma delas. Um juiz do trabalho, cível, criminal, e por aí vai.

Claro que deverá ser um algoritmo. No futuro próximo, terão acesso a um juiz app para baixar no celular e decidir quem tem o direito de escolher o vinho no restaurante e se você tem ou não direito de comer carne numa mesa ao lado de um vegano. Cometer esse ato poderá ser considerado

irresponsabilidade afetiva para com as emoções do cidadão da mesa ao lado, que se sentirá ofendido com a indiferença alimentícia praticada pelo carnívoro boçal.

Há poucos dias me contaram que, numa muito importante universidade dos Estados Unidos, mandar um email num grupo de pesquisa virou um inferno. A questão é: como usar a gramática diante do fato de que você poderá ofender um transgênero caso haja um (ou uma?) na equipe que recebe o email?

Quem ainda acha que o politicamente correto é “necessário” é porque ganha dinheiro com ele ou porque não percebeu ainda que essa prática é uma forma de censura destruidora da capacidade de pensar, agir, escrever e falar. A desarticulação que o politicamente correto causa na educação, na ciência, na publicidade, na política é indicativo de que ele se transformou num mercado em si.

Pela primeira vez na história uma forma de censura se fez mercado: o politicamente correto é uma forma de inquisição ao portador. E o linchamento constante típico das redes sociais torna o politicamente correto uma arma contra patrocinadores, profissionais do esporte, da arte (esses, normalmente, já vendidos ao politicamente correto), da mídia, da política, do Poder Judiciário, enfim, toda forma de atividade pública.

O mercado jurídico cresce para advogados que adoram esse inferninho. Se você pode ser processado por respirar para o lado errado, os advogados adoram. Já os juízes, não sei. Trabalhar como juiz numa sociedade de retardados

mentais sociais não me parece a coisa mais fácil do mundo.

As pessoas se recusam ao uso da autonomia ou do senso comum e decidiram que precisam de um “juiz para chamar de seu”. Ninguém assume nada, apenas terceirizam. Já terceirizavam filhos, idosos, animais, agora vão terceirizar o ato de decidir questões cotidianas. O excesso de demandas ao Judiciário é índice de retardo mental social. Os advogados ganharão mais dinheiro com esse retardo mental social.

A própria gestão da cidade cede à infantilização do convívio social. Exemplo: na região da praça Panamericana, na zona oeste da cidade de São Paulo, numa das esquinas de maior trânsito do local acima citado, uma daquelas empresas que investem no “brincar de Amsterdã” instalou suas bicicletas para riquinhos usarem, fechando uma faixa inteira da rua.

Em vez de simplesmente proibir as pessoas de pararem o carro ali, como paravam, e assim desafogar o acesso complicado à praça Panamericana nos horários de pico, a gestão pública investiu no “brincar de Amsterdã”. Qual seria a causa de ato tão regredido em nome das modinhas de comportamento?

Uma hipótese possível é o puro e simples retardo mental social como fenômeno crescente nas sociedades ocidentais. Talvez como forma decorrente do consumismo e do individualismo. Se sou poderoso como consumidor, serei como cidadão que só quer o mundo aos seus pés. Consumir a condição infantojuvenil como parte dos direitos civis. Um parque temático de retardados descolados.

# FOLHA DE S. PAULO

DANIO DE FREITAS 30 JUN 2019

## A lei e a palavra

A prática de Sergio Moro é a do subterfúgio, da conspiração

A velha Operação Abafa já está reativada, como passo inicial para proteger Sergio Moro e Deltan Dallagnol de consequências legais pela trama contra réus da Lava Jato. De sua parte, o governo mergulha no compra-e-vende da corrupção política. O desemprego cresceu mais, o tal PIB desfalca. A Presidência deslançou o esbanjamento de dinheiro público com publicidade de Bolsonaro. O cinismo se impõe, portanto, para que tudo fique menos confuso. E mais repulsivo.

Discreto como convém, o Conselho Nacional do Ministério Público arquivou a representação pelo necessário exame da conduta do procurador Dallagnol revelada pelo site The Intercept Brasil. Na argumentação engavetadora, o corregedor Orlando Rochadel Moreira sustenta que a veracidade das gravações não pode ser comprovada, e Moro e Dallagnol “não reconhecem os diálogos utilizados”.

Só se feitas e infrutíferas as tentativas de verificar a autenticidade caberia dizê-la impossível. O apressado arquivamento é contra a tentativa devida. Há outra via, porém. Cinco dias depois da primeira exposição de combinações entre juiz e procurador, Moro ainda dizia sobre sua indicação, a Dallagnol, de mais acusadores de Lula: “Eu recebi aquela informação e aí foi até um descuido meu, apenas passei pelo aplicativo”. É o reconhecimento inequívoco, e a um só tempo, da autenticidade da gravação, das frases registradas e, ainda, da participação ilegal do juiz nas investigações contra um réu.

Desde sua primeira entrevista sobre as gravações, no dia seguinte à divulgação pelo Intercept, Moro as autentica: “Quanto ao conteúdo, eu não vi nada de mais”. Nenhum reparo, nenhuma suspeita. Era aquilo mesmo: “nada de mais”, nem no que disse nem no material jornalístico.

A “normalidade” da participação e do “conteúdo” se sustentaria em dois artigos da Lei de Ação Civil. Citados por Moro, autorizam o juiz a “comunicar ao Ministério Público” o “conhecimento de fatos que podem constituir crime ou improbidade administrativa”. Pois sim.

Foi mais uma saída de má-fé a juntar-se ao histórico de Moro nesse gênero. Ele omite que essa comunicação, por exigência da mesma lei, seja feita formalmente nos autos. Assim o juiz agirá às claras, para conhecimento da acusação e da defesa, preservada a imparcialidade judicial. A prática de Moro, ao contrário, é a do subterfúgio, da conspiração, da perseguição sub-reptícia ao réu.

Ao desconsiderar essas evidências, além de muitas outras da trama de juiz e procurador, o corregedor Rochadel também não saiu da normalidade. O lugar dado a Moro e à Lava Jato é acima da lei, dos tribunais, dos conselhos, da ética, de nós outros. Continuaram lá.

2- Para cada deputado que apoie a “reforma” da Previdência, a liberação de R\$ 10 milhões agora e outro tanto na votação em plenário. Bolsonaro ia acabar com o compra-e-vende. Já mais um presidente levou a corrupção política a método e a despudor tão explícitos.

3- A equipe da editora do Senado foi dispensada de repente. Sem explicação e sem respeito ao trabalho de recuperação histórica, às vezes até literariamente arqueológico, que desde o governo Sarney compôs preciosa biblioteca brasileira. O bolsionarismo chegou ao Congresso.

4- A comemoração de Bolsonaro pelo acordo União Europeia-Mercosul esqueceu um pormenor: em campanha e depois da posse ele disse que retiraria o Brasil do Mercosul, alvo de variados impropérios seus.

5- Bolsonaro pode ser o fator decisivo na eleição da Argentina. Para a cena de apoio público à reeleição de Macri, pôs um boné da seleção brasileira na cabeça do colega. Mas os argentinos são mais argentinos do que os brasileiros são brasileiros. Santinhos com fotos, lado a lado, de Macri com seu boné e do opositor Alberto Fernández com boné da seleção argentina —pronto, só faltará o email “Gracias, Bolso. Hasta pronto, Alberto”.

30 JUN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Procuradores criticaram ética de ex-juiz e decisão de virar ministro, afirma site

SÃO PAULO Procuradores do Ministério Público Federal reclamaram de violações éticas supostamente cometidas por Sergio Moro e temeram a perda de credibilidade da Operação Lava Jato com a ida do então juiz para o governo Bolsonaro, mostram mensagens privadas enviadas por uma fonte anônima ao The Intercept Brasil divulgadas neste sábado (29).

Segundo o site, as conversas ocorreram em grupos com membros da Lava Jato e outros integrantes da Procuradoria e revelam críticas à agenda política de Moro e acusações de desrespeito aos limites da magistratura.

“Moro viola sempre o sistema acusatório e é tolerado por seus resultados”, disse a procuradora Monique Cheker pouco antes de o juiz aceitar o convite de Jair Bolsonaro (PSL) para ocupar o Ministério da Justiça.

Os procuradores lamentaram a proximidade entre Moro e Bolsonaro, e disseram que isso reforçaria alegações de que a Lava Jato tem viés político.

Os investigadores criticaram o fato de Rosângela Moro, mulher do ex-juiz, ter comemorado a vitória de Bolso-

naro em redes sociais.

“Esposa de Moro comemorando a vitória de Bolso nas redes”, diz Alan Mansur. “Moro já cumprimentou o eleito. Como perde a chance de ficar de boa, pqp”, afirma a procuradora Janice Agostinho Barreto Ascari, de acordo com o site.

O procurador João Carlos de Carvalho Rocha diz: “Ele se perdeu e pode levar a Lava Jato junto. Com essa adesão ao governo eleito toda a operação fica com cara de ‘República do Galeão’, uma das primeiras erupções do moralismo redentorista na política brasileira e que plantou as sementes para o que veio dez anos depois”, afirma.

O procurador fazia referência ao aparato militar montado pela Aeronáutica na Base Aérea do Galeão, em 1954, para interrogar suspeitos do atentado contra Carlos Lacerda. Dez anos depois ocorreu o golpe militar.

As conversas mostram que Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa, preocupou-se com a adesão de Moro ao governo. “Temos uma preocupação sobre alegações de parcialidade que virão. Não acredito que tenham funda-

mento, mas tenho medo do corpo que isso possa tomar na opinião pública”, disse.

O procurador Ângelo Augusto Costa falou sobre a atuação de Moro já em 2008. “Fez umas tabelinhas lá, absolvendo aqui para a gente recorrer ali, mas na investigação criminal — a única coisa que interessa — opa, a dupla polícia/ juiz eh senhora”, disse.

Segundo o Intercept, a Lava Jato afirmou que “o trecho do material enviado à força-tarefa não permite constatar o contexto e a veracidade do conteúdo” e que o trabalho dos procuradores é pautado pela ética e pela legalidade.

Por meio de rede social, Moro afirmou que “a matéria do site, se fosse verdadeira, não passaria de supostas fofocas de procuradores, a maioria de fora da Lava Jato. Houve trocas de nomes e datas pelo próprio site que as publicou”, afirmou.

Cheker também apontou erros. “Não reconheço os registros [...], mas posso assegurar que possui dados errados e alterações de conteúdo”, afirmou a procuradora.

Os demais procuradores não responderam até a publicação da reportagem.

30 JUN 2019

## FOLHA DE S. PAULO



O ministro da Justiça e Segurança Pública, o ex-juiz federal Sergio Moro, ao receber na sexta (28) homenagem do governador de São Paulo, João Doria ~~(PSDB)~~, no Palácio dos Bandeirantes

30 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Lava Jato desconfiou de empreiteiro que acusou Lula, indicam mensagens

## Ex-presidente da OAS que incriminou líder petista no caso do triplex foi tratado com descrédito ao negociar delação premiada

Folha e The Intercept Brasil

SÃO PAULO E BRASÍLIA O empreiteiro que incriminou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no caso que o levou à prisão foi tratado com desconfiança pela Operação Lava Jato durante quase todo o tempo em que se dispôs a colaborar com as investigações, segundo mensagens privadas trocadas por procuradores envolvidos com as negociações.

Enviadas por uma fonte anônima ao The Intercept Brasil e analisadas pela Folha e pelo site, as mensagens indicam que Léo Pinheiro, ex-presidente da construtora OAS, só passou a ser considerado merecedor de crédito após mudar diversas vezes sua versão sobre o apartamento triplex de Guarujá (SP) que a empresa afirmou ter reformado para o líder petista.

“Sobre o Lula eles não queriam trazer nem o apt. Guarujá”, escreveu o promotor Sérgio Bruno Cabral Fernandes a outros integrantes da equipe que negociou com os advogados da OAS em agosto de 2016, numa discussão sobre a delação no aplicativo Telegram. “Diziam q não tinha crime.”

Léo Pinheiro só apresentou a versão que incriminou Lula em abril de 2017, mais de um ano depois do início das negociações com a Lava Jato, quando foi interrogado pelo então

juiz Sérgio Moro no processo do triplex e disse que a reforma do apartamento era parte dos acertos que fizera com o PT para garantir contratos da OAS com a Petrobras.

Os diálogos examinados pela **Folha** e pelo Intercept ajudam a entender por que as negociações da delação da empreiteira, até hoje não concluídas, foram tão acidentadas — e sugerem que o depoimento sobre Lula e o triplex foi decisivo para que os procuradores voltassem a conversar com Pinheiro, meses depois de rejeitar sua primeira proposta de acordo.

Os advogados da OAS abriram negociações com a Lava Jato em fevereiro de 2016. Nessa época, as investigações sobre as relações de Lula com as empreiteiras estavam avançando, e os procuradores já tinham muitas informações sobre o triplex e as obras executadas pela OAS e pela Odebrecht num sítio que o líder petista frequentava em Atibaia (SP).

Léo Pinheiro já havia sido condenado por Moro por ter pago propina a dirigentes da Petrobras e recorria em liberdade, mas temia ser preso se a apelação fosse rejeitada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, onde os processos de Curitiba são revistos.

O empreiteiro foi recebido com ceticismo desde o início. “A primeira notícia de versão do LP [Léo Pinheiro] sobre o sítio já é bem contrária ao que apuramos aqui”, disse um dos procuradores, Paulo Roberto Galvão, no início de março. “Estamos abertos a ouvir a proposta da empresa mas não nos comprometemos com nada.”

Em abril, após analisar relatos anexados à primeira proposta entregue pelos advogados da OAS, outro integrante da força-tarefa de Curitiba, Januário Paludo, disse aos colegas que achava o esforço inútil. “Tem que prender Léo Pinheiro. Eles falam pouco”, escreveu. “Me parece que não está valendo a pena.”

Uma pessoa que acompanhou as conversas da OAS com a Lava Jato na época disse à Folha que, inicialmente, Léo Pinheiro descreveu o triplex como um presente que oferecera a Lula sem pedir nada em troca. Segundo essa pessoa, a insatisfação dos procuradores o levou a mudar sua versão pelo menos duas vezes até chegar àquela adotada em 2017.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO 30 JUN 2019

## CONTINUAÇÃO

As mensagens analisadas pela Folha e pelo Intercept mostram que os relatos apresentados pela empreiteira sofreram várias alterações até que os procuradores aceitassem assinar um termo de confidencialidade com os advogados, passo essencial para que as negociações avançassem.

Mas os ajustes feitos pela OAS pareciam sempre insuficientes. “Na última reunião dissemos que eles precisariam melhor[ar] consideravelmente os anexos”, disse o procurador Roberson Pozzobon aos colegas em julho, quando se preparavam para um novo encontro com os representantes da empresa.

“Os anexos que a OAS entregou hoje são muito semelhantes Àqueles que a carol enviou antes aqui”, escreveu a procuradora Jerusa Viecili no Telegram após a reunião. “Só há alguns anexos novos.”

Embora apontassem várias omissões nos relatos entregues pela empreiteira, os procuradores achavam que conseguiriam mais informações quando pudessem entrevistar seus executivos, e por esse motivo continuaram dando corda aos advogados.

Mas havia muita especulação sobre a delação da OAS na imprensa e os vazamentos incomodavam os negociadores, que os atribuíam a uma estratégia dos advogados para despertar interesse pela proposta e torná-la irrecusável para o Ministério Público.

O mais rumoroso desses vazamentos teve efeito contrário aos interesses da empreiteira. Em agosto, uma reportagem da revista Veja apontou o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, como um dos citados pelos delatores e despertou fortes reações da corte, obrigando a Lava Jato a recuar.

Segundo Léo Pinheiro, a empreiteira tinha participado de uma reforma na casa de Toffoli em Brasília, mas os serviços tinham sido executados

por outra construtora indicada pela OAS, e o ministro pagara a conta.

As mensagens obtidas pelo Intercept indicam que os advogados da empresa mencionaram o assunto aos procuradores, mas não tinham apresentado até então nenhum relato sobre Toffoli por escrito. “Ficou na promessa”, escreveu Sérgio Bruno aos colegas depois do vazamento. “Acho que não será nada consistente.”

Após o vazamento, os procuradores cogitaram a possibilidade de que o advogado de Léo Pinheiro, José Luis Oliveira Lima, tivesse incluído entre os documentos entregues à força-tarefa um capítulo sobre o tema sem avisar, mas a suspeita não se confirmou.

Outro advogado na linha de frente da defesa do OAS, Bruno Brasil, também era alvo de suspeitas. Ele fora citado em investigações sobre corrupção no Superior Tribunal de Justiça, e os procuradores desconfiavam que pudesse estar envolvido em crimes cometidos pelos executivos da OAS.

Com os procuradores sentindo-se enganados pelos advogados, e para evitar um atrito que poderia levar o STF a tomar medidas para frear o avanço das investigações, a Procuradoria-Geral da República decidiu então suspender as negociações com a OAS.

Alguns se opuseram à decisão. Chefe da força-tarefa de Curitiba, o procurador Deltan Dallagnol temia perder informações que a empreiteira prometia entregar sobre suas relações com políticos tucanos em São Paulo e Minas Gerais. “Até fecharmos algo bom do PSDB, não dá pra descartar”, escreveu.

Outros preferiam não correr os riscos de uma ação do Supremo contra a operação. “Os anexos da OAS não valem isso”, escreveu a procuradora Anna Carolina Resende Maia Garcia no Telegram. “Na minha visão, são muito ruins, o

adv Eh mal caráter e Léo Pinheiro Eh o empreiteiro com mais prova contra si.”

Um novo vazamento abortou de vez o processo. Dias após a suspensão das negociações, a revista Veja divulgou o conteúdo de sete dos anexos que a empresa havia apresentado aos procuradores e afirmou que a empresa revelara a existência de uma conta clandestina para fazer pagamentos a Lula.

As mensagens obtidas pelo Intercept mostram que os procuradores ficaram furiosos com o vazamento, especialmente porque não havia nos relatos da empresa nenhuma menção à conta. “Nunca falaram de conta”, afirmou Sérgio Bruno aos colegas.

Uma semana depois, Moro mandou prender Léo Pinheiro por causa de um dos inquéritos que envolviam o ex-presidente da OAS e as negociações de sua delação ficaram congeladas por meses.

A Procuradoria-Geral da República e a força-tarefa de Curitiba aceitaram retomá-las em março de 2017, quando o processo aberto para examinar o caso do triplex estava se aproximando do fim e Léo Pinheiro se preparava para ser interrogado por Moro.

Em seu depoimento, em 24 de abril, o empreiteiro afirmou que tinha uma conta informal para administrar acordos com o PT, introduzindo pela primeira vez o tema em sua versão. Além disso, acusou Lula de orientá-lo a destruir provas de sua relação com o partido após o início da Lava Jato.

O depoimento foi decisivo para o desfecho do caso do triplex, porque permitiu a Moro conectar o apartamento à corrupção na Petrobras, justificando assim a condenação do ex-presidente Lula pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

As mensagens examinadas pela **Folha** e pelo Intercept mostram que os procuradores voltaram a conversar com Léo Pinheiro sobre sua delação premiada semanas depois do depoimento, em maio.

No mês seguinte, o Ministério Público pediu a Moro que reduzisse pela metade a pena do empreiteiro no caso do triplex, como prêmio pela colaboração no processo. Em julho, o juiz o condenou a 10 anos e 8 meses de prisão, mas o autorizou a sair quando completasse 2 anos e 6 meses atrás das grades.

Pinheiro continuava sendo alvo de desconfianças dos procuradores que negociavam sua delação. “Leo parece que está escondendo fatos também”, escreveu a procuradora Jerusa Viecili aos colegas em agosto. Ela achava estranho o fato de que ninguém nunca falara em destruição de provas antes do empreiteiro.

Para Deltan, havia também o risco de um acordo com Léo Pinheiro, com redução de pena e outros benefícios em troca de sua cooperação, ser interpretado como concessão indevida. “Não pode parecer um prêmio pela condenação do Lula”, disse o chefe da força-tarefa aos colegas em julho.

As negociações se arrastaram por meses até que um acordo fosse fechado, no fim de 2018. Ele foi assinado pelos procuradores e pelo colaborador, mas até hoje a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, não o encaminhou ao STF para que seja homologado. Pinheiro continua preso em Curitiba.

Ricardo Balthazar, Flávio Ferreira e Wálter Nunes, da **Folha**; Rafael Moro Martins e Rafael Neves, do **The Intercept Brasil**

## Procuradoria nega irregularidades na condução da delação

### OUTRO LADO

SÃO PAULO A força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba afirma que o material apresentado pela reportagem não permite constatar o contexto e a veracidade do conteúdo.

“A Lava Jato é sustentada com base em provas robustas e em denúncias consistentes. O trabalho da força-tarefa foi analisado e validado por diferentes instâncias do Judiciário, de modo imparcial e independente”, afirmou o órgão em nota enviada pela assessoria de imprensa.

“No caso de integrantes da OAS, as negociações foram conduzidas por muitos procuradores que atuavam na Procuradoria-Geral da República e na força-tarefa da Lava Jato, que sempre pautam suas ações pessoais e profissionais pela ética e pela legalidade”, completou a nota.

Procurada pela reportagem na tarde de sexta (28), a Procuradoria-Geral da República não se manifestou sobre as mensagens.

O criminalista José Luis Oliveira Lima negou que tenha promovido vazamentos e disse que sua atuação não justifica a desconfiança dos procuradores no processo de negociação da delação da OAS.

“É importante registrar que a PGR jamais apontou a defesa de Léo Pinheiro como autora de qualquer vazamento ou quebra de confiança, tanto que quando as negociações foram retomadas os mesmos advogados permaneceram à frente das tratativas”, disse.

O advogado Bruno Brasil disse que não se manifestaria.

## Série de reportagens explora mensagens obtidas por site

SÃO PAULO Esta é a segunda de uma série de reportagens que a **Folha** planeja produzir com base nas mensagens trocadas pelos procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato nos últimos anos e obtidas pelo site **The Intercept Brasil**.

O site permitiu que a **Folha** tivesse acesso ao acervo, que diz ter recebido de uma fonte anônima há semanas. A Polícia Federal abriu inquéritos para investigar suspeitas de ataques de hackers a telefones de procuradores e do ministro Sérgio Moro (Justiça).

Nos últimos dias, repórteres do jornal e do site trabalharam lado a lado, pesquisando as mensagens e analisando seu conteúdo.

Como o material é muito vasto, os jornalistas têm dedicado bastante tempo para analisar os diálogos, examinar o contexto das discussões nos vários grupos de mensagens e checar as informações encontradas para verificar a consistência do material obtido pelo Intercept.

O pacote reúne mensagens privadas trocadas pelos procuradores em vários grupos no aplicativo Telegram desde 2014, incluindo diálogos com Moro, que foi o juiz responsável pelos processos da Lava Jato em Curitiba até 2018.

Além das mensagens, o acervo inclui áudios, vídeos, fotos e documentos compartilhados no aplicativo.

## CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

30 JUN 2019

Ao examinar o material, a reportagem da Folha não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado.

Os repórteres, por exemplo, buscaram nomes de jornalistas da Folha e encontraram diversas mensagens que de fato esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material.

Após as primeiras reportagens sobre as mensagens, publicadas pelo Intercept, no dia 9, Moro e os procuradores reagiram defendendo sua atuação, mas sem contestar a autenticidade dos diálogos.

Depois de alguns dias, passaram a colocar em dúvida a integridade do material, além de criticar o vazamento. Até agora, porém, os citados não apresentaram indícios de que as conversas sejam falsas ou tenham sido modificadas.



Mulher pede a soltura de Lula em frente ao prédio do STF

### O CASO TRÍPLEX

#### Denúncia

Em 2016, Lula foi denunciado pelo MPF sob acusação de receber propina de R\$ 3,7 milhões da OAS como parte de acordos do PT em contratos na Petrobras. A quantia correspondia à reserva de um triplex em Guarujá (SP) e a armazenagem e transporte do acervo do petista.

### Condenação

Em julho de 2017, o juiz Sergio Moro absolveu Lula na parte relacionada ao acervo, mas o condenou por corrupção passiva e lavagem referentes a R\$ 2,4 milhões relacionados ao triplex. A pena estipulada foi de 9 anos e 6 meses de prisão, depois reduzida para 8 anos e 10 meses pelo STJ.

### Testemunho

O ex-presidente da OAS Léo Pinheiro, atualmente preso em Curitiba, começou a negociar com a Lava Jato em 2016. As revelações sobre o triplex, num interrogatório conduzido por Moro, foram decisivas para incriminar Lula. Seu acordo de delação só foi fechado no fim de 2018.

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Quem ri por último?

# 30 JUN 2019

Integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público estão determinados a recorrer da decisão na qual o corregedor do órgão arquivou pedido para investigar a conduta do coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol. A apuração havia sido solicitada por quatro membros do CNMP. A única dúvida agora é quando o recurso será apresentado ao plenário do colegiado. O mais provável é que o instrumento seja acionado na volta do recesso do Judiciário, em agosto.

**DEPOIS DO CARIMBO** A expectativa é a de que o pedido de revisão do arquivamento da apuração contra Deltan seja protagonizado por um dos integrantes do CNMP cuja indicação coube à Ordem dos Advogados do Brasil.

**SEM DEMORA** O corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel, arquivou a investigação contra Dallagnol na quinta-feira (27). O procedimento foi aberto após a divulgação pelo The Intercept das primeiras mensagens trocadas por integrantes da força-tarefa e o ex-juiz Sergio Moro.

**SENHOR DE TUDO** Nesse sentido, aguardar o fim do recesso do Judiciário é estratégico para a ala que busca aprofundar as apurações sobre os métodos da Lava Jato. Como os desdobramentos do caso têm se dado a conta-gotas, o prazo até agosto abre margem para o surgimento de novos diálogos.

**VÍCIO** O mesmo cálculo está no horizonte de ministros do STF que devem retomar na volta do recesso o julgamento de habeas corpus em que o ex-presidente Lula acusa Moro de ter conduzido seu processo com parcialidade. "Estamos 'intercept dependentes'", resumiu um membro da corte.

## PAINEL S.A.

**NA RUA** Estão otimistas as apostas sobre os atos deste domingo (30) em desagravo ao ministro Sergio Moro. Gabriel Kanner, que representa o grupo de empresários Brasil 200, acha que o público será maior do que o da manifestação pró-governo, em maio. Para ele, a análise da soltura de Lula no STF na semana passada causou indignação nos defensores da Lava Jato.

## PAINEL DO LEITOR

### Prisão automática

Os comentários de Ricardo Lewandowski, à luz do direito, são absolutamente pertinentes e refletem bem o pensamento de um ministro do STF que vem sendo atacado injustamente por certos setores fanáticos da sociedade com mais facilidade de acesso aos meios de comunicação ("Prisão automática", Tendências/Debates, 26/6). As considerações expostas merecem reflexão menos açodada e mais isenta de paixões doentias.

Ruy Luís de Araújo

(Jaboatão dos Guararapes, PE)

Lewandowski mais uma vez ataca a prisão automática para condenações em segunda instância. E mais uma vez se esquece de que o famigerado trânsito em julgado só acontece após julgamento no STF, que alcança o criminoso quando ele já está senil e quase moribundo.

José Salles Neto (Brasília, DF)

30 JUN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Quem vigia o vigia?

**Projeto sobre abuso de autoridade, aprovado no Senado, tenta preencher uma lacuna de sistema que concedeu poder sem cobrar responsabilidade**

Na vida pública, quem ganha poder deveria também ter mais responsabilidade. Por esse prisma, agiu bem o Senado Federal ao aperfeiçoar e aprovar dispositivos que punem criminalmente o abuso de autoridade, no bojo de projeto que aperta o cerco contra a corrupção.

O juiz, de acordo com o texto votado na quarta (26), estará sujeito a penas que vão de seis meses a dois anos de detenção se praticar atos como o de proferir julgamento em situações em que a lei o impede ou opinar sobre processos ainda pendentes de decisão.

Já o integrante do Ministério Público submete-se ao mesmo espectro de punição se emitir parecer em situação proibida pela legislação ou se investigar alguém sem mínimos indícios de prática criminosa, entre outros atos tipificados.

A motivação político-partidária nas condutas de magistrados, procuradores e promotores também vai se tornar crime na hipótese de esse trecho do projeto passar incólume pela Câmara dos Deputados.

Os senadores tomaram o cuidado de estreitar a margem de interpretação para quem for aplicar os princípios elencados no texto.

Não basta a autoridade ter incidido nas situações descritas para ser enquadrada. É preciso que tenha atuado deliberadamente, com a intenção de prejudicar alguém ou de obter vantagem. Os legisladores, porém, apenas contribuíram para o anedotário ao acrescentar a es-

se rol de motivações dolosas o mero capricho e a satisfação pessoal.

Não procedem as críticas de que o avanço do projeto sobre crimes de abuso de autoridade seria uma retaliação às operações anticorrupção da parte de políticos, potenciais alvos dessas investigações.

Inibir nos investidos do poder de Estado a propensão, demasiado humana, para o desvio é uma lacuna secular da legislação brasileira.

Impregna-se na tradição mandonista da República, desde a sua fundação, a cultura da autoridade que não deve satisfação a ninguém, ao que corresponde a figura de um cidadão mal protegido, sujeito a arbitrariedades cotidianas.

A esse substrato a Constituição de 1988 acrescentou categorias superpoderosas de fiscais e aplicadores da lei, sob o objetivo meritório, e satisfatoriamente atingido, de impedir a brotação do germe cesarista sempre latente no Executivo.

E quem controla o controlador?

O sistema apenas tímida e tardiamente tem se lembrado da necessidade de estabelecer limites também a esses agentes. É fraquíssima a capacidade de atuação independente de órgãos de correição, como o Conselho Nacional do Ministério Público, um exemplo do mais rematado corporativismo nacional.

Por isso iniciativas para trazer mais equilíbrio a essa relação, sob a forma de legislações razoáveis e ponderadas como a que saiu do Senado, merecem ser saudadas.

FOLHA DE S. PAULO 30 JUN 2019

# Na rota de Lula, semiaberto na Lava Jato tem de prisão de famoso a confinamento

Pouco comum a condenados da operação, regime para petista teve aval do Ministério Público

Felipe Bächtold

SÃO PAULO Possível futuro do ex-presidente Lula, o cumprimento de pena em regime semiaberto não é muito frequente na Lava Jato e tem precedentes na operação que incluem a permanência no chamado “presídio das celebridades”, no interior de São Paulo, e uma espécie de confinamento de um condenado no território de Curitiba.

O petista teve a pena por corrupção e lavagem no caso do triplex reduzida pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em abril e, em parecer divulgado no início do mês, o Ministério Público Federal concordou com tese da defesa de que ele já preenche requisitos para a concessão do benefício.

A palavra final sobre esse pedido da defesa caberá à Quinta Turma da corte, em julgamento ainda sem data definida. O ex-presidente tenta também a liberdade imediata por meio da anulação dos processos já julgados.

Nas ações da Lava Jato, é incomum um condenado em segunda instância, como Lula, progredir do regime fechado para o semiaberto com base apenas no tempo que permaneceu na cadeia.

Isso ocorre porque uma lei exige que o réu, para obter o benefício, pague a reparação dos danos aos cofres públicos, que em muitos casos so-

nam valores milionários. Essa condicionante que tem travado a progressão de regime pode não ser um impeditivo para Lula, já que o STJ reduziu também a quantia imposta a ele, para R\$ 2,4 milhões.

Mais frequente na Lava Jato é que o condenado comece a cumprir a pena diretamente no regime semiaberto. Essa situação se aplica a presos condenados a penas inferiores a oito anos de prisão.

Em dois casos recentes da operação, a Justiça Federal no Paraná ordenou que os presos fossem enviados ao complexo de Tremembé, no interior paulista, conhecido por abrigar presos de crimes de repercussão. O local foi escolhido por ter vagas disponíveis em uma de suas alas para condenados ao semiaberto.

Nessa modalidade de reclusão, o preso passa a cumprir pena em uma unidade com estrutura para trabalhos dentro do próprio estabelecimento, como uma colônia agrícola ou industrial. Também tem autorização a saídas temporárias, sem vigilância, para visitas à família, para participação em atividades que promovam “o retorno ao convívio social” ou para ida a cursos.

Um dos réus encaminhados a Tremembé foi Natalino Bertin, ex-dono do frigorífico Bertin, condenado por participação em lavagem de dinheiro a favor do PT. Na ala para detentos do regime fechado do

complexo, estão detidos, por exemplo, Alexandre Nardoni, condenado pela morte da filha Isabella Nardoni, e o ex-seminarista Gil Rugai, sentenciado pela morte do pai e da madrasta em 2004.

A defesa de Bertin pleiteava que ele permanecesse detido em casa, com tornozeleira eletrônica, mas o juiz Danilo Pereira Junior, que cuida do dia a dia das penas de parte dos réus da Lava Jato, decidiu mandá-lo à unidade em São Paulo.

Ele disse que a conversão do semiaberto em cumprimento da pena em casa com tornozeleira eletrônica é excepcional e depende da efetiva demonstração de ausência de vagas no sistema. Bertin começou a cumprir a condenação no mês passado. Ele trabalha em uma horta dentro da unidade.

Também passou pela mesma situação o economista Luiz Casante, condenado no mesmo processo de Bertin. Ele, porém, conseguiu ser transferido para uma unidade em Bragança Paulista, para ficar mais perto da família, e já obteve progressão para o regime aberto, em que o preso pode ficar recolhido em casa à noite e nos fins de semana.

**CONTINUA**

30 JUN 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

O economista conseguiu reduzir o período de permanência no semiaberto com a leitura de livros no estabelecimento prisional, possibilidade também à disposição de Lula.

Condenado pelo ex-juiz Sérgio Moro a cinco anos de prisão por lavagem, o empresário Ronan Maria Pinto foi obrigado a permanecer em Curitiba, apesar de ter casa e negócios em São Paulo.

Em fevereiro, a Justiça estadual paranaense rejeitou enviá-lo a unidade do semiaberto disponível por falta de garantias de segurança. Ele foi liberado mediante o monitoramento eletrônico e com a obrigação de não sair da região metropolitana da capital paranaense sem autorização judicial.

Esse modelo é batizado de semiaberto "harmonizado" ou "humanizado".

Também precisa ficar recolhido das 23h às 6h e obter ocupação ou frequentar curso de ensino formal ou profissionalizante. À Justiça a defesa dele disse que atua à distância como diretor-superintendente do jornal Diário do Grande ABC. A decisão, expedida em fevereiro, foi da juíza estadual Luciani Maronezi.

Condenado em primeira instância em 2015, o ex-assessor parlamentar do PP Ivan Vernon Torres Júnior começou a cumprir a pena de cinco anos de prisão só em maio deste ano. A defesa reclama que, por falta de vagas, ele foi colocado em regime fechado, no Rio, embora tenha direito a ficar no semiaberto.

Esses casos não chegam a ser projeções para o futuro de Lula, já que não foram despachados pela juíza federal responsável por administrar a pena do petista, Carolina Lebbos. Caberá a ela eventualmente definir as condições para que o ex-presidente deixe a cadeia, como requisitos e local de cumprimento de pena.

Além disso, desde o início do cumprimento da pena, o petista é submetido a uma rotina diferente daquela de outros condenados na operação.

Lula, por exemplo, está detido sozinho e cumpre pena na sede da PF no Paraná, diferentemente de outros presos que estão em um complexo estadual. Moro, ao decretar a prisão em 2018, determinou que o ex-presidente permanecesse detido em uma sala reservada "em razão da dignidade do cargo ocupado".

A pena imposta pelo STJ é de oito anos, dez meses e 20 dias de prisão. A defesa do petista, além de tentar a progressão do regime, aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre pedido para anular o processo que originou a condenação, argumentando que Moro não tinha a imparcialidade necessária para julgá-lo.

30 JUN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### **Juiz nega soltura de auxiliares de chefe do Turismo**

BRASÍLIA O juiz Renan Chaves Machado, da 26ª Zona Eleitoral de Minas Gerais, negou na sexta (28) pedido da defesa e manteve presos o assessor especial e dois ex-auxiliares do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.

Os três foram detidos na quinta (27) em decorrência das investigações sobre as candidaturas laranjas do PSL de Minas Gerais, reveladas pela Folha. O caso está sob sigilo de Justiça.

As prisões temporárias têm prazo de cinco dias, mas podem ser renovadas. As autoridades podem também, a depender dos depoimentos e do material colhido na busca e apreensão autorizada pela Justiça, solicitar a prisão preventiva dos suspeitos — não havendo prazo de encarceramento, nesse caso.

Estão presos Marcelo Von Rondon, assessor especial e braço direito de Álvaro Antônio, Roberto Soares e Haissander de Paula, ex-assessores e que coordenaram a campanha do político no Vale do Aço de Minas.

O ministro do Turismo sempre negou participação em irregularidades.

30 JUN 2019

# FOLHA DE S. PAULO

# SP tem 72 mulheres com bebês pequenos em presídios

## Grávidas e lactantes ficam em pavilhão especial

Alfredo Henrique

### em penitenciária feminina

SÃO PAULO Quando soube que estava grávida, a ex-recepcionista Sarah Aline de Oliveira, 21, ficou muito assustada. Ela descobriu a gestação em setembro do ano passado — dois meses após ter sido presa por tráfico de drogas em Carapicuíba (Grande SP).

“Senti muito medo, pois é a primeira vez que fui presa e também a primeira que sou mãe”, disse, segurando no colo a pequena Sofia, de apenas dois meses, em um pavilhão destinado a grávidas e mães que amamentam na Penitenciária Feminina da Capital, no Carandiru (zona norte).

A mãe de primeira viagem foi transferida à unidade especial quando estava no sétimo mês de gestação.

“Cadeia não é um lugar bom para crianças, mas o pavilhão onde estou, pelo menos, é menos pesado”, afirma Sarah.

Na penitenciária, atualmente 24 mulheres estão na mesma condição que Sarah e 5 aguardam para dar à luz enquanto cumprem pena. Em todo o estado em maio havia 97 gestantes e 72 lactantes no sistema prisional.

Ao visitar a unidade, na última terça-feira (24), o Agora se deparou com roupas de bebês penduradas junto com os uniformes das presidiárias (calça cáqui e camiseta branca) secando ao sol na quadra do pavilhão.

Em 5 de abril, Sarah estava em uma cela especial, destinada a gestantes, quando começou a sentir contrações.

“

**Cadeia não é um lugar bom para crianças, mas o pavilhão onde estou, pelo menos, é menos pesado**

Sarah Aline de Oliveira, 21

O lugar conta com espaços de aproximadamente 30 m<sup>2</sup>, destinados a duplas grávidas. Essas celas contrastam com a realidade de superlotação dos presídios, pois são arejadas e bem iluminadas.

A presa foi encaminhada, com escolta policial, a um hospital, onde deu à luz a primeira filha, batizada com o nome que significa sabedoria.

Condenada, em dezembro de 2018, a seis anos e oito meses de prisão, Sarah atualmente está em uma cela individual com sua filha, no segundo piso do pavilhão.

No espaço, de 18 m<sup>2</sup>, há duas camas, nas quais mãe e filha podem permanecer lado a lado por seis meses, período máximo permitido para que crianças sejam amamentadas na cadeia. Depois deste prazo, Sarah diz que sua irmã cuidará da menina.

A jovem, que afirma não receber visitas, vai ter de cumprir ao menos mais dois anos de prisão, ficando parte deste tempo longe de Sofia.

Outra presa, uma ex-camareira de motel, de 30 anos, caminha por um corredor em que carrinhos de bebês contrastam com grades. Grávida de oito meses, ela se senta em um poltrona com dificuldade e começa a contar sua história.

Foi capturada em fevereiro após não retornar da saída temporária de Dia dos Pais do ano passado. “Quando vi meus três filhos, depois de quatro anos presa, não consegui voltar para a cadeia”, diz.

Ela já havia cumprido quatro anos e três meses de prisão após tentar entrar, sem sucesso, no Centro de Detenção Provisória de Suzano (Grande SP) com 200g de maconha para seu então companheiro, que cumpria pena por assalto.

A mulher ficou grávida de outro homem no período em que esteve foragida.

Ela afirma que, após os seis meses de amamentação, vai deixar a bebê com a avó. “Só verei meus filhos depois que cumprir minha pena. Na vida, a gente tem que quebrar a cara para aprender”, diz ela.

Em outubro de 2018, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu habeas corpus coletivo para que presas com filhos pequenos pudessem cumprir pena em prisão domiciliar.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

30 JUN 2019

Segundo o STF, 1.229 mulheres deixaram o cárcere por conta da decisão, mas 1.325 que poderiam ter sido beneficiadas, na ocasião, permaneceram presas. A determinação do Supremo se estende, inclusive, às mulheres condenadas por tráfico de drogas.

O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) afirma que não há como atualizar a quantidade de detentas que conquistaram o direito após a decisão do Supremo. "As mulheres que vieram a ser presas depois da decisão passaram a ter a prisão domiciliar apreciada pelos juízes nas próprias audiências de custódia."

O médico Drauzio Varella vai uma vez por semana atender voluntariamente na Penitenciária Feminina da Capital. Ele diz que apesar de o sistema carcerário respeitar, atualmente, o limite mínimo de seis meses de amamentação, a separação é ruim para mães e filhos.

"Essa separação é muito brutal, porque a mãe fica seis meses com a criança, cuidando dela 24 horas por dia. Ao final do período, a criança é tirada da mãe, que volta para o sistema fechado, inundada de hormônios. É uma barra pesadíssima", afirma.

Drauzio acrescenta que, em 2006, o período de amamentação era de apenas dois meses.

O médico pondera também que, por conta da pobreza, grande parte das presas se envolve com o crime, principalmente o tráfico de drogas, para conseguir dinheiro. "Elas moram em locais em que conhecem os traficantes desde a infância. Por isso, acabam fazendo serviços para o tráfico e indo, em alguns casos, para a cadeia. É um ciclo vicioso que não tem como ser quebrado."

Drauzio publicou em 2017 o livro "Prisioneiras" (Companhia das Letras), sobre detentas, que fechou uma trilogia resultante de sua experiência como médico voluntário no sistema carcerário.

29 JUN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

**MÔNICA BERGAMO**

**Em diálogo, Deltan pede ação contra Jaques Wagner**

### **BUSCA SIMBÓLICA**

O procurador Deltan Dalagnol demonstrou, em diálogos com colegas da Lava Jato, em outubro de 2018, que era preciso acelerar ações contra o petista Jaques Wagner —ele tinha acabado de se eleger senador pela Bahia e tomaria posse em fevereiro. Para Deltan, valeria fazer busca e apreensão sobre o político “por questão simbólica”.

**DÉSAÍDA** Os diálogos estão em arquivo obtido pelo site The Intercept Brasil. No dia em que ocorreram, 24 de outubro, o juiz Sergio Moro já era cotado para virar ministro de Jair Bolsonaro —que disputava com Fernando Haddad (PT-SP) o segundo turno das eleições.

**É PARA JÁ** Em uma das conversas, Deltan pergunta: “Caros, Jaques Wagner evoluiu? É agora ou nunca... Temos alguma chance?”.

**PEDRAS** Um procurador identificado como Athayde (provavelmente Athayde Ribeiro Costa) responde: “As primeiras quebras em face dele não foram deferidas”. Mas novos fatos surgiram e eles iriam “pedir reconsideração”.

**PROCURA-SE** “Isso é urgentíssimo. Tipo agora ou nunca kkkkk”, escreve Deltan. Athayde diz que “isso não impactará o foro”. Deltan responde: “Não impactará, mas só podemos fazer BAS [operações de busca e apreensão] nele antes [da posse]”.

**DIS** Uma procuradora pondera que o petista já sofrera uma busca: “Nem sei se vale outra”. Deltan responde: “Acho que se tivermos coisa pra denúncia, vale outra BA até, por questão simbólica”. E completa: “Mas temos que ter um caso forte”.

**QUE DE MAIS** Athayde informa que seria “mais fácil” Wagner aparecer “forte” em outro caso, e Deltan finaliza: “Isso seria bom demais”.

**INDIGNO** A assessoria da Lava Jato diz que “o material não permite constatar o contexto e a veracidade do conteúdo. Os integrantes da força-tarefa pautam suas ações pessoais e profissionais pela ética e pela legalidade. A investigação, o pedido, a decisão e a execução de buscas e apreensões demandam semanas ou meses o que torna indigna de credibilidade a suposta mensagem”.

29 JUN 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Juiz refaz decisão e quebra sigilo de mais 8 no caso Flávio Bolsonaro

Italo Nogueira

**RIO DE JANEIRO** O juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio, autorizou as quebras de sigilos bancário e fiscal de mais oito pessoas apontadas pelo Ministério Público como ex-funcionários do então deputado estadual e hoje senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

O magistrado aproveitou a nova decisão, proferida no dia 14 de junho, para aprofundar sua fundamentação para as quebras dos sigilos de 86 pessoas e nove empresas autorizadas em abril.

As defesas dos investigados pediram a suspensão da medida apontando que o juiz Itabaiana não expôs seus argumentos ao deferir o pedido da Promotoria do Rio.

A nova decisão, apurada pela Folha, é mantida sob sigilo de Justiça. Ela atendeu a pedido do Ministério Público, que apontou mais oito pessoas ligadas a Flávio na Assembleia Legislativa do Rio, identificadas após nova pesquisa.

Fazem parte do rol de novos investigados ocupantes de cargos comissionados nomeados no gabinete, em comissões e órgãos da Casa vinculados hierarquicamente ao então deputado estadual. Os nomes são mantidos sob sigilo.

A investigação foi aberta após relatório do Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras) apontar movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão nas contas do ex-assessor Fabrício Queiroz de janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

Também chamou a atenção a forma com que as operações se davam: depósitos e saques em dinheiro vivo. As transações ocorriam em data próxima do pagamento de servidores da Assembleia, onde

Flávio exerceu o mandato de deputado por 16 anos (2003-2018) até ser eleito senador.

Queiroz afirmou que recebia parte dos valores dos salários dos colegas de gabinete. E que usou o dinheiro para remunerar assessores informais de Flávio, sem o conhecimento do então deputado.

O posicionamento da defesa de Queiroz é uma das bases para o pedido de quebra de sigilo de todos os funcionários de Flávio que passaram pelo gabinete nesse período.

A Promotoria diz haver indícios de prática de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa no gabinete de Flávio na Assembleia.

A primeira decisão de Itabaiana foi atacada por advogados do caso por não ter apresentado os fundamentos da decisão. A justificativa do magistrado em abril toma um parágrafo do documento, adotando as razões expostas pelo Ministério Público em 87 páginas.

Ao deferir a quebra dos oito novos alvos, Itabaiana agora se estendeu para justificar a decisão anterior. Ele fez relatório sobre os dados do Ministério Público e disse que o “afastamento dos sigilos bancário e fiscal dos ocupantes de cargos comissionados mencionados é imprescindível para o prosseguimento das investigações, pois somente seguindo o caminho do dinheiro é possível apurar os fatos”.

Itabaiana cita decisão do STF (Superior Tribunal de Justiça) para fundamentar o argumento. Mas mantém a posição de que sua primeira decisão é legal. Menciona julgamento do STF em que aceita a adoção dos argumentos da Promotoria como razões para decidir.

Ele faz referência à decisão do desembargador Antônio Amado, da 3ª Câmara Criminal, que negou liminar da defesa de Queiroz apontando a falta de fundamentação. O magistrado da segunda instância considerou que o juiz fez “expressa referência” à documentação do Ministério Público”.

O mérito do habeas corpus de Queiroz será julgado pela 3ª Câmara Criminal, assim como o de Flávio, que também teve liminar negada por Amado.

Mas o desembargador deferiu liminar para suspender as quebras de sigilos da MCA Exportação e Participações e seus dois sócios —Marcelo Cattaneo Adorno e Délio Thompson de Carvalho Filho.

A empresa adquiriu de Flávio Bolsonaro 12 salas comerciais em construção 45 dias depois do senador ter firmado escritura para obter os direitos sobre sete desses imóveis —o filho do presidente Jair Bolsonaro lucrou R\$ 504 mil, diz o Ministério Público.

AMCA tem como um dos sócios a Listel, empresa com sede no Panamá. As condições das transações e o envolvimento de offshore dão indícios, para o Ministério Público, de lavagem de dinheiro.

Paulo Klein, defensor de Queiroz, disse em nota que não foi sua manifestação de defesa que deu embasamento ao pedido de quebra de sigilo de pessoas que não têm relação com os fatos investigados.

**CONTINUA**

29 JUN 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### Entenda a investigação

#### O que está sendo investigado?

O MP-RJ apura suspeita de "rachadinha" no gabinete de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) quando ele era deputado estadual na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio). Nesse tipo de esquema, servidores devem devolver parte do salário para os deputados

#### Qual a origem da investigação?

A apuração começou com o envio ao MP-RJ de um relatório do Coaf apontando movimentações atípicas de R\$ 1,2 milhão na conta de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio na Alerj

#### Quem teve o sigilo quebrado?

Inicialmente, foram alvo da medida 86 pessoas, incluindo Flávio Bolsonaro e sua mulher, e 9 empresas — em uma das firmas, a MCA Exportação e Participações, a decisão foi suspensa na segunda instância. Agora, a Justiça autorizou as quebras de sigilos bancário e fiscal de mais 8 pessoas apontadas pelo Ministério Público como ex-funcionários do então deputado estadual e hoje senador

#### Quais os possíveis crimes apontados?

Peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa

# FOLHA DE S. PAULO

## FERNANDO HADDAD 29 JUN 2019

Professor universitário, ex-ministro da Educação (governos Lula e Dilma) e ex-prefeito de São Paulo. Escreve aos sábados

### Tempos vertiginosos

“Democracia em Vertigem”, filme de Petra Costa, utiliza uma inovadora técnica de condensação. O que bem poderia ser assunto de uma série é tema de um único longa-metragem.

Com flashbacks de momentos da nossa história mais remota, o filme encadeia, sem grandes pretensões analíticas, cada um dos inúmeros episódios que marcaram a vida nacional no período 2013-2018. A profundidade vem da sequência. Um episódio se explica pelo seguinte e assim por diante. O efeito é asfixiante.

A narrativa é sóbria, mas sem concessões. A arriscada estratégia de entrelaçar eventos históricos com vida pessoal soa natural. Algumas tomadas até parecem retiradas de filmes caseiros.

Filha de militantes de esquerda e neta de empreiteiro, a diretora dialoga com um sentimento que perpassou a vida de famílias da sua provável audiência. Ao final, a dúvida sobre as reais possibilidades de superação diante do descalabro.

Bolsonaro continua emitindo sinais de que desconhece a democracia; ou de que a despreza.

Numa briga de gente grande, Trump informou o norte-coreano Kim Jong-un que tinha um botão nuclear maior do que o dele. Bolsonaro, sempre atento ao macho alpha, imitou-o em escala própria: disse que tinha uma caneta mais poderosa do que a de Rodrigo Maia.

Na ocasião, afirmou que governaria por decreto, como tem feito. Sobre armas, o governo já editou sete decretos. Alguns ilegais. Conselhos de participação social, criados por lei, também foram extintos por decreto. O ímpeto autoritário foi parcialmente contido nos dois casos, pelo Senado e pelo STF, respectivamente.

Em outro caso, inconformado com decisão do STF que criminaliza a homofobia, Bolsonaro afirmou que indicaria à corte suprema um evangélico. Em 2017, já demonstrava nenhuma familiaridade com princípios republicanos, ao afirmar que, com ele, não tinha “essa historinha de Estado laico” (sic) e que as minorias teriam que se curvar para as majorias.

Outras esferas sociais vão sendo afetadas. Lideranças sociais, desde sempre perseguidas por jagunços e milicianos, agora são alvo de prisões arbitrárias sem fundamento legal.

A extrema direita não tem poupado sequer jornalistas conservadores, intimidados ou demitidos não por sua atuação profissional, mas pela demora em ajustarem-se aos novos tempos.

Não é da natureza da extrema direita mover-se nos marcos da institucionalidade.

“Democracia em Vertigem” revela um processo de debacle resultante não de um “coup d’État” clássico, mas de uma sucessão de casuísmos e arbitrariedades que corroem as instituições por dentro e nossa capacidade subjetiva de reação.

29 JUN 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Moro reclama de ataques e recebe afago de Doria, rival de Bolsonaro para 2022

Provável candidato à Presidência, tucano fez desagravo a ministro ao dar medalha; para ex-juiz, reações a vazamento são revanchismo

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Pressionado pela divulgação de mensagens da época em que atuava na Operação Lava Jato, o ministro Sergio Moro (Justiça) recebeu afago do governador João Doria (PSDB), que entregou a ele a principal honraria do estado de São Paulo nesta sexta-feira (28).

Ao receber a Ordem do Mérito, o ex-juiz reclamou dos “vários ataques” que vem sofrendo e criticou “um certo revanchismo”, referindo-se aos questionamentos à sua imparcialidade no julgamento de processos como o do ex-presidente Lula (PT).

O gesto de Doria contrasta com a postura ambígua do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que demorou quatro dias para se pronunciar em defesa de Moro quando as primeiras mensagens foram publicadas e, depois, disse que “não existe confiança 100%”.

O tucano é apontado como candidato à Presidência em 2022, condição que foi reforçada nos últimos dias por declarações do atual ocupante do Planalto. Na cerimônia desta sexta, o governador não mencionou Bolsonaro, encerrando uma semana de desgaste na relação dos dois, por causa do imbróglio sobre a possível saída da Fórmula 1 de São Paulo.

Durante seu discurso no Palácio dos Bandeirantes, Moro classificou como “um fal-

so escândalo” o episódio das mensagens divulgadas inicialmente pelo site The Intercept Brasil. As conversas mostram proximidade entre o então juiz e procuradores do Ministério Público Federal que integravam a força-tarefa.

Ele agradeceu à mulher, Rosângela Moro, que o acompanhava na solenidade, pelo suporte ao longo do período em que atuou na operação e agora, como ministro. “Não tem sido muito fácil”, desabafou.

“Nas últimas três semanas, tenho sofrido vários ataques. Achei que a Operação Lava Jato tinha ficado para trás, mas um certo revanchismo às vezes reaparece”, disse o ministro, aludindo às conversas que vieram à tona em 9 de junho.

Em sua fala, o membro da equipe de Bolsonaro também expressou gratidão ao presidente e afirmou que o superior “tem prestado o seu apoio” desde o início da crise. Bolsonaro repete que o ex-juiz é um patrimônio nacional.

Cercado de membros do governo e parlamentares, Doria usou o evento para exaltar Moro como símbolo do combate à corrupção, agradeceu pela contribuição dele na transferência de líderes do PCC (Primeiro Comando da Capital) para presídios federais — a justificativa oficial para a homenagem — e atacou Lula.

“O Brasil precisa de mais Moros e menos Lulas”, discursou Doria, sob aplausos.

“Não foi uma batalha pessoal de um contra o outro. Se houve uma causa na prisão de Lula, foi a causa da verdade contra a mentira. E, para o bem do Brasil, venceu a verdade, venceu o Brasil, venceu Sergio Moro”, acrescentou.

“Se não fosse este homem, liderando um grupo de patriotas, com juizes, com desembargadores, com promotores, nós não teríamos a Lava Jato no Brasil, e não teríamos trancafiados em prisões aqueles que usurparam, roubaram e enganaram os brasileiros”, afirmou o governador.

Ele disse também que “o início de um esquema criminoso começou em São Paulo” e recordou, sem citar Lula, que “o triplex” e “o sítio” ficam no estado. O ex-presidente foi condenado em processos relacionados aos dois imóveis, em Guarujá e em Atibaia.

“Graças à Lava Jato, o Brasil está recuperando mais de R\$ 13 bilhões desviados pela corrupção de governos petistas, de corrupção de governos do PT. É preciso deixar claro e consignado que foram governos petistas que contribuíram para assaltar os cofres públicos e roubar a consciência de brasileiros”, afirmou Doria.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO 29 JUN 2019

## CONTINUAÇÃO

O ex-magistrado foi admitido no grau de grã-cruz (o mais elevado) da Ordem do Ipiranga, honraria que foi criada em 1969. O título é usado para reverenciar artistas, políticos, empresários e personalidades que tenham prestado “serviços de excepcional relevância” ao estado e ao Brasil.

Moro recebeu a faixa e a medalha que simbolizam o prêmio e posou para imagens segurando a mão do governador.

Deputados do PT na Assembleia Legislativa entraram com um projeto para tentar cassar a homenagem, argumentando que a condecoração a Moro não se encaixa nas regras previstas para a concessão da honraria. O pedido ainda não foi votado.

Doria anunciou a intenção de dar a medalha a Moro no dia 14, durante um jantar em sua homenagem no Rio de Janeiro. A decisão foi oficializada em um decreto assinado por ele três dias depois.

Provável candidato à sucessão de Bolsonaro, o governador se apressou em fazer um aceno a Moro para reforçar o elo com seus potenciais eleitores em uma disputa nacional, na avaliação de aliados do tucano ouvidos pela Folha.

O entendimento é o de que o apoiador de Doria é fundamentalmente antipetista e, por consequência, favorável ao trabalho de Moro e da Lava Jato. Desde quando era prefeito da capital, o tucano busca antagonizar com o PT.

Outro possível ganho embutido na aproximação é a nacionalização de sua imagem, lembram correligionários do tucano. Estar bem na foto com aquele que detém a aura de herói para uma parcela dos brasileiros pode se reverter em voto lá na frente.

A tentativa de expandir sua imagem para além das divisas paulistas pôde ser vista no discurso de Doria. Mais de uma vez, ele fez referência “aos brasileiros de São Paulo”.

Tanto aliados quanto opositores não tiveram dúvida de que o gesto é parte do cálculo político do tucano de olho em 2022. Ele frisou que a decisão foi um agradecimento a Moro pela parceria no episódio do PCC e um reconhecimento ao trabalho dele no combate ao crime. Publicamente, Doria desconversa quando questionado sobre o plano de tentar a Presidência.

Nos últimos dias, Bolsonaro contribuiu para antecipar o calendário da sucessão. Ele afirmou não descartar disputar a reeleição e passou a dizer abertamente que vê Doria como candidato.

Uma dessas manifestações foi feita em meio ao debate sobre a migração do GP Brasil de F-1 para o Rio, ideia que desagrada ao governador paulista.

Doria reagiu com ironia à fala do presidente de que havia 99% de chances de a prova ser transferida para o Rio. Disse que “só a cavalo” é possível chegar a Deodoro, circuito que passaria a sediar a prova.

Pessoas próximas ao tucano dizem que o estresse entre os dois é momentâneo, por envolver uma disputa na qual ambos estão empenhados. Ninguém arrisca palpites, contudo, sobre o prazo de validade da dobradinha “Bolsono-Doria”, que pautou o segundo turno de 2018 no estado.

## PAINEL

**LOGO ALI** Ao saber que Sergio Moro (Justiça) havia recebido das mãos do governador João Doria (PSDB-SP) uma comenda, um dos principais aliados de Jair Bolsonaro no Congresso exclamou: “O presidente vai ficar chateado”. Nada contra o ministro, ele explicou, o problema é que 2022 “já começou”, concluiu.

## MORO ENTRE BOLSONARO E DORIA

9.jun Primeiras mensagens trocadas por Moro e procuradores são publicadas pelo site The Intercept Brasil

13.jun Depois de quatro dias em silêncio, Bolsonaro minimiza impacto dos diálogos e diz que legado de Moro não tem preço

14.jun Doria anuncia, em jantar no Rio, que entregaria Ordem do Ipiranga a Moro nos dias seguintes

15.jun Após a divulgação de novos trechos de mensagens de Moro, Bolsonaro diz que “não existe confiança 100%”

17.jun Doria assina decreto conferindo a honraria ao ministro no grau de grã-cruz, o mais elevado. Título é vitalício

28.jun Governador entrega medalha a Moro, exalta legado do ex-juiz, critica Lula e não cita Bolsonaro em discurso

29 JUN 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Polícia fluminense cometeu 1 em cada 3 homicídios no estado em maio

Percentual de mortes por policiais passou de 20%, registrado nos cinco primeiros meses do de 2018, para 28%, no mesmo período deste ano

Italo Nogueira

**RIO DE JANEIRO** A escalada no número de pessoas mortas pela polícia do Rio de Janeiro fez com que as forças de segurança respondessem por um terço dos homicídios no estado em maio.

A taxa recorde foi atingida no mês passado, quando a polícia fluminense matou 171 pessoas, 32,2% do total dos casos de letalidade violenta (531), que reúne todos os índices criminais que resultaram em morte. Em maio de 2018, foram 583 mortes violentas, das quais 145, ou 24,9%, causadas pela polícia.

Nos cinco primeiros meses de 2019 somados, essa taxa é de 28,6%. Trata-se de um salto em relação aos 20% registrados no mesmo período de 2018.

O percentual combina dois recordes neste ano: o maior número de pessoas mortas pela polícia e o menor número de vítimas de assassinatos — que não inclui homicídios em decorrência de ação policial. Os homicídios em geral caíram 24% neste ano no estado.

Dados compilados pelo jornal americano *The Washington Post* indicam que a polícia dos EUA, conhecida como uma das mais letais entre os países desenvolvidos, matou 986 pessoas em 2017, o que representaria 6% dos homicídi-

os no país naquele ano (último dado completo disponível). É 1/5 da taxa fluminense.

A participação recorde é também fruto da política de enfrentamento do governador Wilson Witzel (PSC), eleito com uma pauta de endurecimento na segurança pública.

Nas áreas de 3 dos 41 batalhões da Polícia Militar, as forças de segurança são os principais autores de homicídios. Todas ficam na capital, onde as mortes decorrentes de intervenção policial representaram 38,3% entre janeiro e maio.

A participação de agentes nas mortes alcança 61% na área do 16º Batalhão, responsável pelo patrulhamento de favelas do Complexo do Alemão.

As mortes causadas por policiais também superaram as demais nas áreas do 4º e 6º batalhões, que abrangem áreas do centro e da zona norte.

A Secretaria de PM do RJ afirmou, em nota, “que as operações da Corporação são pautadas por planejamento prévio e executadas dentro da lei”.

“Nas ações em áreas conflituosas, a missão da Polícia Militar é primordialmente a prisão de criminosos e apreensão de arma e drogas. Muitas vezes, no entanto, os criminosos fazem a opção pelo enfrentamento, dando início

ao confronto. Quando a operação policial resulta em mortes ou feridos, um Inquérito Policial Militar é aberto para apurar as circunstâncias do fato.”

Witzel tem endossado as ações policiais que resultam em morte, mesmo antes da conclusão dos inquéritos. Foi o que ocorreu em fevereiro, quando a polícia matou 15 pessoas no morro do Falset, no centro. A Defensoria Pública aponta indícios de abuso na ação e falhas na apuração.

Foi a operação que deixou mais vítimas em 12 anos, desde uma ação no Complexo do Alemão com 19 mortos em 2007.

O cientista político João Trajano Sento-Sé, que estuda a violência urbana, afirmou que as tendências distintas dos casos de mortos em confronto e os homicídios comuns derivam do apoio oficial às ações violentas da polícia.

“Historicamente vemos que há uma certa relação direta entre os casos de homicídios e de mortes pela polícia. A letalidade policial sempre foi alta. Mas no passado os governantes postulavam um certo controle. A novidade agora é que o governador claramente estimula a ação armada com resultado morte”, disse Sento-Sé.

**CONTINUA**

A maior participação das mortes provocadas pela polícia nesse período do ano havia ocorrido em 2008, quando representou um quinto (20,3%) do total. A menor taxa foi em 2013, com 7,6%. Desde 2003, esse índice oscilou principalmente entre 17% e 11% nos cinco primeiros meses do ano.

Sento-Sé afirma que Witzel corre o risco de perder o controle sobre as forças policiais caso esse incentivo se prolongue.

“Esse percentual impõe que o governador seja chamado à responsabilidade, sob o risco do estado deixar de ser um promotor da segurança para se tornar um dos vetores da violência”, disse o cientista político.

Witzel defendeu o uso de snipers para o “abate” de criminosos com fuzil, participou pessoalmente de operação em helicóptero da polícia em Angra dos Reis, e recentemente falou em uso de um míssil contra quadrilhas de traficantes. O governador foi denunciado à ONU pela deputada Renata Souza (Psol), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

O consultor de segurança e ex-subcomandante do Bope (Batalhão de Operações Especiais) Paulo Storani afirmou que a alta da letalidade se deve a uma maior atuação das polícias.

“Quando a polícia age, a consequência é o confronto e mortes. O confronto desse tipo só se dá porque a força do oponente é semelhante à da polícia. Mas nenhuma política de segurança de longo prazo pode se basear nisso. Isso é trabalhar sobre a consequência, e não a causa, que é o tráfico de drogas e armas”, disse o consultor.

Storani afirmou ainda haver a possibilidade de que o aumento no número de operações possa estar contribuindo para a queda de homicídios comuns.

“Os criminosos podem estar deixando de atuar em razão da maior efetividade da polícia”, declarou o ex-membro do Bope.

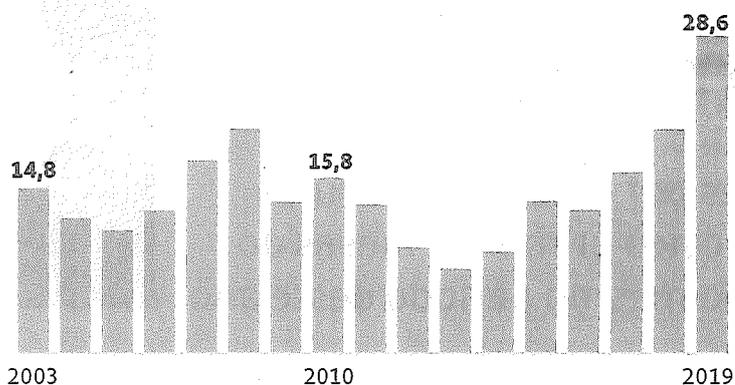
Sento-Sé rejeita essa hipótese. O cientista afirma que a queda de homicídios está ocorrendo em todo o país e que não há uma explicação clara para esse movimento.

“Mesmo em estados onde as mortes provocadas pela polícia estão caindo, os homicídios caem. Então não é possível fazer essa afirmação”, disse ele.

### Polícia causa percentual maior das mortes no Rio

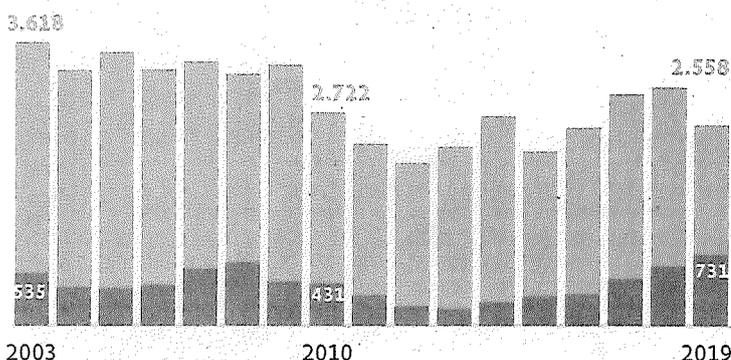
#### Mortes por policiais

Como % do total (de janeiro a maio de cada ano)



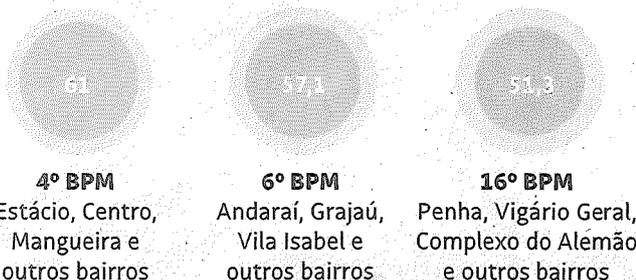
#### De janeiro a maio de cada ano

■ Total de mortes violentas ■ Número de mortes pela polícia



#### Áreas com maior participação da polícia nas mortes

Em %



29 JUN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### **Juiz e ex-juiz**

Mantinha admiração por Fausto De Sanctis, por sua destemida atuação, enfrentando o poderoso Daniel Dantas na Satiagraha. Sua visão crítica sobre a Justiça brasileira na entrevista ("Moro não fez nada de errado, e STF tem sido o violador da ética judicial", Poder, 27/6) eleva minha avaliação sobre o magistrado, não fosse sua visão acerca da atuação de Sergio Moro. Em respeito à sabedoria popular: o pior cego é aquele que não quer ver. Sérgio Carraro, advogado (São Paulo, SP)

Assim como é difícil para aqueles que conviveram com Lula separar suas virtudes de seus vícios, assim o é para os admiradores do ex-juiz e acusador. Ou se é juiz, ou se é acusador. No Brasil, não é possível ser os dois.

Paulo José (São Bernardo do Campo, SP)

Li uma mensagem de um leitor que se referia a Moro como "o pai do combate à corrupção no Brasil" (Painel do Leitor, 27/6). Não é verdade. Antes dele, outros demagogos, como Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Fernando Collor, já manipularam de forma semelhante a indignação com a corrupção para promover uma agenda política reacionária. A diferença é que não tiveram uma toga para ser desvirtuada pela quebra da imparcialidade e servir de trampolim político.

Gerardo Xavier Santiago

(Rio de Janeiro, RJ)

#### **Reinaldo Azevedo**

Impecável o artigo de Reinaldo Azevedo ("É a Constituição, estúpido!", Poder, 28/6). A lei também está sob a lei. As instituições acima de tudo, senão os personalismos de semi-heróis infantilizados esmagarão nosso amadurecimento como país.

Cybelle Tastaldi Al-assal (São Paulo, SP)

01 JUL 2019

# METRO

## Justiça. Advogados protestam contra juiz

Um protesto de advogados apoiado pela OAB-PR (Ordem de Advogados do Brasil - Seção Paraná) reuniu mais de 80 deles em frente ao Fórum Criminal de Curitiba na última terça. O ato foi contra o juiz José Daniel Toaldo, da 11ª Vara Criminal de Curitiba. Um dos advogados diz ter sido ofendido nos autos de um processo – o juiz teria imputado a ele condutas criminosas. Em outro caso, envolvendo dois advogados, a OAB diz que o magistrado teria instigado as partes envolvidas em um processo a se digladiar na Justiça – contrariando o Estatuto da Advocacia.

Além dessas, já existiam três antigas queixas de outros três advogados, que afirmam terem sido tratados com desrespeito. “Estamos aqui a dizer que a Ordem e a advocacia não tolerarão acusações levianas de envolvimento de advogados com práticas delitivas que eventualmente seus clientes possam ter realizado. Não se pode confundir o advogado com o cliente”, disse o presidente da OAB-PR, Cássio Telles.

O magistrado, através da assessoria de imprensa do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) disse que não comentará o assunto.

● METRO CURITIBA

METRO 01 JUL 2019

# Atos em defesa da Lava Jato exaltam Moro

**Protestos.** Manifestantes saíram às ruas em apoio ao ministro da Justiça Sérgio Moro e fizeram críticas ao STF e ao Congresso

Grupos defensores da Lava Jato e de Sérgio Moro foram ontem às ruas de cerca de 90 cidades em todos os estados para defender a continuidade da operação e a conduta do ministro da Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro (PSL). Em Curitiba o ato começou por volta das 15h na Boca Maldita, ocupando dois quarteirões do calçadão da rua XV de Novembro.

Caminhoneiros também participaram da ação, promovendo um buzinaço. Antes, pela manhã, uma pequena carreata com cerca de dez carros foi do Parque Barigui até uma loja da Havan.

Os atos foram convocados após a divulgação pelo site The Intercept Brasil de mensagens que mostram que Moro supostamente colaborou com o Ministério Público quando era juiz da Lava Jato.

O conteúdo das conversas – que levantaram suspeitas de que o juiz e os procuradores agiram de forma parcial, como no processo que condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – foi minimizado ontem pelos manifestantes.

Nas redes sociais, o ministro Moro compartilhou um vídeo dos atos e escreveu: “Eu vejo, eu ouço”, sugerindo um agradecimento. Bolsonaro também se pronunciou: “Aos que foram às ruas hoje [ontem] manifestar seus anseios, parabéns mais uma vez pela civilidade”.

Vestidos com o verde e o amarelo já tradicionais dos protestos ligados à direita, os manifestantes também criticaram o STF (Supremo Tribunal Federal) – em especial o ministro Gilmar Mendes –, o Congresso – com críticas sobretudo ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) – e o PT.

De fora do último ato nacional em favor de Bolsonaro e das reformas, em maio, o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem Pra Rua, que lideraram os protestos pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), participaram das manifestações de ontem, mas evitaram as pautas ligadas ao presidente.

A suposta falta de “engajamento” no bolsonarismo foi motivo de discórdia. Em São Paulo, integrantes do Direta SP chamaram os do MBL de “traidores”. Houve até um princípio de tumulto, logo contido pela polícia.

● METRO

## Procuradores questionaram Léo Pinheiro

A Folha de S.Paulo publicou ontem nova reportagem com base nas supostas conversas que envolvem Moro e os procuradores da Lava Jato obtidas pelo site The Intercept Brasil. O novo trecho publicado sugere que os procuradores, em grupo privado de um aplicativo de mensagens, questionaram as informações delatadas pelo ex-presidente da construtora OAS Léo Pinheiro e que incriminaram Lula no caso do triplex do Guarujá (SP). No sábado, o Intercept já havia publicado outro trecho em que os procuradores supostamente criticam a ida do então juiz Moro para o ministério da Justiça e Segurança Pública. Os procuradores da Lava Jato disseram não reconhecer a autenticidade das mensagens. ● METRO

01 JUL 2019

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## EDITORIAL

### Pacto pelas crianças

O descaso com o bem-estar das crianças é alarmante. E não apenas no Brasil. No entanto, é preciso enfatizar que houve por aqui um grande avanço em várias áreas relacionadas ao universo infantil nas últimas décadas, apesar dos desafios ainda existentes. Um recente ponto positivo alcançado foi a realização do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Firmado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o pacto tem a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança.

A iniciativa, organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito. O pacto certamente é um avanço, pois o Brasil não pode deixar que crianças sofram por falta de recursos financeiros ou vontade política.

01 JUL 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Desinformação sobre execução de penas é inaceitável, diz Toffoli

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, considerou na sexta-feira “inaceitável” a falta de informações que deem conta do andamento de processos que acompanham a execução de pena por pessoas condenadas na Justiça.

“É inaceitável que, em 2019, não exista ainda um conhecimento nacional de quantos processos de execução penal estão tramitando no Brasil, ou em que fase se encontram”, afirmou Toffoli.

O ministro, também presidente do Supremo Tribunal

Federal (STF), classificou ainda de inaceitável a inexistência de informações em tempo real sobre o perfil da população carcerária, hoje de 797 mil pessoas, de acordo com dados do CNJ.

Na quinta-feira, o CNJ assinou cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que tem expertise no assunto, uma parceria para colher dados biométricos – como a impressão digital – de toda a população carcerária. O objetivo é “[ter] informações seguras e confiáveis, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre quem estamos privando de liberdade”, disse Toffoli na

ocasião.

Na sexta-feira, Toffoli discursou em um encontro que reúne, em Brasília, magistrados para debater o alcance do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu), que encontra-se em fase de implantação e deve congrega em uma única plataforma todos os processos de todas as varas de execução penal do país.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) são parceiros na iniciativa.

## Juiz quebra sigilos de mais oito no caso Flávio Bolsonaro e refaz decisão

Italo Nogueira

O juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, autorizou as quebras de sigilos bancário e fiscal de mais oito pessoas apontadas pelo Ministério Público como ex-funcionários do então deputado estadual e hoje senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

O magistrado aproveitou a nova decisão, proferida no dia 14 de junho, para aprofundar sua fundamentação para as quebras dos sigilos de 86 pessoas e 9 empresas autorizadas em abril.

As defesas dos investigados pediram a suspensão da

medida apontando que o juiz Itabaiana não expôs seus argumentos ao deferir o pedido da Promotoria do Rio.

A nova decisão, apurada pela reportagem, é mantida sob sigredo de Justiça. Ela atendeu a pedido do Ministério Público, que apontou mais oito pessoas ligadas a Flávio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, identificadas após nova pesquisa.

Fazem parte do rol de novos investigados ocupantes de cargos comissionados nomeados no gabinete, comissões e outros órgãos da Casa vinculados hierarquicamente ao então deputado estadual.

29 JUN 2019

# GAZETA DO POVO

## Lula ainda pode ser solto pelo STF?

Julgamento na 2.<sup>a</sup> Turma do STF não analisou mérito do pedido da defesa do ex-presidente sobre suspeição do ex-juiz federal Sergio Moro.

BRASÍLIA

Kelli Kadanus

● A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou na última terça-feira (25) uma liminar para que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixasse a prisão. Apesar do resultado desfavorável, Lula ainda pode ser solto pelo STF quando os ministros retomarem o julgamento do mérito do caso, depois do recesso judiciário.

A decisão da Segunda Turma foi no âmbito do habeas corpus em que a defesa pede a suspeição do ex-juiz federal Sergio Moro, alegando parcialidade ao conduzir os processos envolvendo o petista. O caso começou a ser julgado em dezembro do ano passado, mas foi adiado por um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes.

Na sessão da terça-feira, Gilmar Mendes propôs que fosse concedida uma liminar para que o ex-presidente aguardasse o desfecho do julgamento do habeas corpus em liberdade. Segundo o ministro, não haveria tempo suficiente para julgar o mérito do caso, já que apenas o seu voto tem mais de 40 páginas, e as sessões do STF entram em recesso nesta semana.

O ministro Ricardo Lewandowski, ao dar seu parecer, afirmou que estava pronto para votar o mé-

Entenda o que falta ser julgado

rito do caso, mas concordava com a proposta de Gilmar em conceder a liminar para soltar Lula. Os demais ministros do colegiado — Edson Fachin, Celso de Mello e Carmen Lúcia — votaram contra a liminar.

### Mérito ainda será discutido

O que os ministros julgaram foi apenas a sugestão de Gilmar Mendes para que Lula aguardasse em liberdade o julgamento do habeas corpus. O colegiado ainda vai voltar a discutir o mérito do recurso.

Como a sessão de terça-feira foi a última da Turma antes do recesso judiciário, o caso só voltará a ser discutido a partir de agosto. O habeas corpus pede que a condenação de Lula no caso do triplex no Guarujá seja anulada e o presidente colocado em liberdade, alegando que Moro foi parcial e agiu politicamente ao conduzir o caso.

Em dezembro de 2018, quando teve início o julgamento do mérito, os ministros Edson Fachin e Carmen Lúcia votaram por negar o recurso. A tendência é que os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski discordem e votem a favor da anulação dos processos.

A grande dúvida é o voto do ministro Celso de Mello. Apesar de votar contra a liminar na terça-feira, o ministro disse que sua decisão

não é uma prévia de seu voto no mérito da questão.

### O que a defesa alega

A defesa de Lula elenca uma série de argumentos para mostrar que Moro não teria sido imparcial ao julgar Lula. Os argumentos são os seguintes:

- condução coercitiva ilegal de Luiz Inácio Lula da Silva, já que ele não teria se negado a prestar depoimento antes da medida;

- quebra do sigilo telefônico arbitrária de Lula, familiares e até de advogados;
- violação do sigilo das interceptações e divulgação ilegal dos áudios;

- a condenação imposta a Lula no caso triplex;

- a atuação do ex-juiz Sérgio Moro para impedir ordem de soltura de Lula em julho do ano passado, quando foi emitido um habeas corpus concedido pelo desembargador Rogério Favreto, do TRF-4. Moro, mesmo de férias e não sendo mais responsável pela execução da pena de Lula, ordenou que a Polícia Federal não cumprisse o mandato de Favreto;

- o fato de o interrogatório do ex-presidente no caso da compra de imóveis pela Odebrecht ter sido adiado, segundo a defesa, com o claro objetivo de impedir que Lula pudesse se manifestar publicamente durante ano eleitoral;

**CONTINUA**

- o fato de, na última semana antes do primeiro turno das eleições, Moro, de ofício, ter levantado o sigilo de parte da delação premiada de Antônio Palocci Filho;

- o fato de que o Juiz Sérgio Moro iria assumir o Ministério da Justiça do governo do opositor político de Lula [Jair Bolsonaro].

Recentemente, a defesa também anexou no pedido diálogos atribuídos a Moro e ao procurador da República, Deltan Dallagnol, divulgados pelo site The Intercept Brasil. As supostas conversas mostrariam que Moro orientava ações da força-tarefa, indicava testemunhas, cobrava a realização de operações, sugeriu a troca na ordem de deflagrações de fases da Lava Jato e pediu que o Ministério Público emitisse uma nota para se contrapor ao que chamou de “showzinho da defesa” depois do interrogatório de Lula no caso do triplex no Guarujá.

“Violações são públicas e notórias, que vão desde o cerceamento do direito à prova, ao indeferimento contínuo de todo e qualquer requerimento da defesa. E hoje sabemos que a defesa era meramente tratada de maneira formal. Porque os prestigiados eram os acusadores, desde o início do processo”, disse o advogado Cristiano Zanin em sua sustentação oral no STF no dia do julgamento.

### **Lula ainda pode ser solto pelo STF?**

Ainda há uma certa divergência no STF sobre a validade das supostas conversas entre Moro e Dallagnol, divulgadas pelo The Intercept como prova. Com isso, Lula ainda pode ser solto pelo STF. Mas há

outra questão que pode fazer com que o voto de Celso de Mello — a grande dúvida entre o colegiado — penda para o lado da defesa: a interceptação telefônica de advogados do ex-presidente, autorizada por Moro.

O ex-juiz Sérgio Moro, ao autorizar uma série de grampos telefônicos nas investigações contra Lula, incluiu uma autorização para interceptação telefônica do escritório de advocacia que defende o ex-presidente. O escritório foi grampeado por 30 dias.

A companhia telefônica teria avisado Moro, duas vezes, que o telefone a ser grampeado se tratava de um escritório de advocacia. Ao ser questionado pelo STF sobre o caso em 2016, Moro afirmou que “não percebeu” o erro.

Os advogados do ex-presidente alegam que foi vigiada por Moro em tempo real enquanto discutiam estratégias de defesa de Lula. Os advogados protocolaram no habeas corpus um documento da Polícia Federal que contém anotações sobre as conversas interceptadas no escritório.

### **Suspeição de Moro**

Em maio de 2013, antes de a Lava Jato ser deflagrada, Celso de Mello já votou pela suspeição de Moro em outro caso.

A discussão sobre o tema, em 2013, ocorreu no julgamento de um habeas corpus (HC) do doleiro Rubens Catenacci, condenado por remessa ilegal de divisas ao exterior no caso Banestado, que Moro julgou enquanto era titular da 2.<sup>a</sup> Vara Criminal em Curitiba, em 2003.

A defesa argumentou que Moro monitorava os advogados para garantir cumprimento de mandados. Com parecer também contrário da Procuradoria-Geral da República (PGR), a 2.<sup>a</sup> Turma rejeitou o pedido em 2013. Celso de Mello foi o único a votar pela parcialidade de Moro.

Apesar de Celso de Mello ter ressaltado, na última terça-feira, que não estava adiantando seu entendimento em relação ao mérito do processo fica a dúvida se o ministro vai repetir o voto de 2013.

Se, ao retomarem o julgamento do habeas corpus, os ministros decidirem que Moro não pode ser considerado suspeito para julgar Lula, nada muda para a Lava Jato. Caso a decisão seja no sentido oposto, porém, as consequências são variadas.

Em tese, o habeas corpus não deve anular toda a operação. Isso porque a defesa alega parcialidade de Moro apenas em relação ao ex-presidente. Mas o fato é que Lula ainda pode ser solto pelo STF: se a decisão da Turma for favorável à defesa, o efeito mais imediato é a liberdade do ex-presidente.

**CONTINUA**

29 JUN 2019

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Histórico

Lula está preso em Curitiba desde abril de 2018 com base na condenação em segunda instância no processo do triplex. Se os ministros decidirem que Moro não foi imparcial ao julgar o caso e o processo for anulado, não há fundamentos para manter o petista na cadeia.

A decisão dos ministros também pode impactar em outros dois processos de Lula na Lava Jato que foram conduzidos por Moro. O primeiro, referente ao sítio em Atibaia, já teve condenação pela juíza Gabriela Hardt. O segundo, referente à compra de imóveis pela Odebrecht, está aguardando sentença. Os ministros podem decidir que as denúncias do Ministério Público precisam ser analisadas por outro juiz - o que faria os processos voltarem à estaca zero.

A consequência mais desastrosa para a Lava Jato seria os ministros decidirem anular a coleta de provas contra o ex-presidente na operação Aletheia, a 24.ª fase da Lava Jato, que cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços ligados ao petista e um mandado de condução coercitiva contra Lula. Neste caso, as provas seriam inutilizadas e as investigações, denúncias e processos decorrentes delas, anulados.

O tamanho do estrago só vai ser possível de analisar depois do julgamento. Ao proclamar o resultado, os ministros definem as consequências da decisão. ●

O que os ministros julgaram foi apenas a sugestão de Gilmar Mendes para que Lula aguardasse em liberdade o julgamento do habeas corpus. O colegiado ainda vai voltar a discutir o mérito do recurso.

# GAZETA DO POVO RODRIGO CONSTANTINO

## A "revolução" da tranquilidade jurídica

29 JUN 2019

**N**o Brasil, o que seria realmente revolucionário é atingir um grau de normalidade e tranquilidade jurídicas. Claro que sempre haverá embate entre os mais constitucionalistas e aqueles que acreditam que uma Constituição deve "evoluir", por ser um "organismo vivo". Sempre haverá também margem para interpretações. Em qualquer país do mundo há divergências importantes, julgamentos de casos que mudam jurisprudência. Mas em nosso país a arbitrariedade ultrapassa qualquer limite.

Acabamos de ver mais um episódio lamentável do Supremo Tribunal Federal, justamente aquele que deveria ser o guardião da Carta Magna. Numa chicana de Gilmar Mendes, uma liminar foi votada na tentativa de soltar o ex-presidente Lula, isso depois de o próprio Gilmar propor sua soltura antecipada por falta de tempo para analisar a questão. O patamar de abuso a que chegou o STF é assustador. Virou uma palhaçada aquilo ali, mas felizmente o decano Celso de Mello foi a voz do bom senso e a manobra fracassou. Lula segue preso, babaca!

Em seu editorial sobre o caso, a **Gazeta do Povo** constatou que "o Supremo esteve muito perto de manchar sua história como poucas vezes se viu na vida deste país", e concluiu: "Uma decisão equivocada da corte motivada por determinadas visões jurídicas ou mesmo ideológicas é grave e perigosa, mas ainda passível de debate e argumentação. No entanto, se Lula tivesse conseguido a liberdade, estaríamos diante da validação do truque regimental, do abandono da missão de julgar, da promoção objetiva da injustiça ou do privilégio por meio de atalhos, independentemente de haver alguma intencionalidade neste sentido. E isso não há como defender".

O jurista Modesto Carvalhosa, em artigo publicado no *Estadão*, foi na mesma linha: "O Supremo Tribunal Federal tem, nos últimos anos, criado uma permanente e grave insegurança institucional no país, quando, pelo contrário, deveria promover a paz social na decisão sobre aspectos constitucionais, sobretudo nos confrontos envolvendo notórios corruptos da esfera pública e privada". As idas e vindas do julgamento dos habeas corpus impetrados pela defesa de Lula são um bom exemplo do caráter circense disso tudo. Já perdemos a conta de quantos foram, e parece que só existe um indivíduo no país todo.

Sobre o malabarismo de Gilmar Mendes, o "garantista" mais exótico que existe, Carvalhosa foi taxativo: "A proposta de Gilmar não tem previsão legal, sendo inteiramente contrária ao ordenamento jurídico". E alfinetou, à guisa de conclusão: "Pobre país que tem Gilmar Mendes como ministro de sua mais alta corte". Como negar? Só faltou acrescentar Lewandowski, Toffoli, Barroso...

Quando os ministros do próprio STF rasgam as leis e a Constituição, quem vai ser seu guardião? A quem recorrer numa hora dessas? Alguns ficarão tentados a responder: um cabo e um soldado. E eis onde mora o perigo! Cada vez mais gente embarca nessa ideia rebelde, autoritária, por puro desespero ou cansaço. E o papel dos conservadores é rechaçar essas propostas malucas, já que a missão deve ser fortalecer nossas instituições, não jogar-las de vez no lixo.

**CONTINUA**

Mas a missão dos legalistas se torna mais difícil a cada vez que o STF inventa maluquices, estica demais a corda, avança sobre os demais poderes no afã de legislar sem votos, ignora a Constituição que deve proteger. O argumento da importância de nossas instituições republicanas se enfraquece sempre que é preciso lembrar quem são as pessoas por trás dessas instituições. É para defender Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre, Gilmar Mendes?! Quem tem coragem?

O lado mais revolucionário em nós vai desejar ver logo o circo pegar fogo, pois é um circo, disso resta pouca dúvida. O Thomas Paine existente em cada um de nós vai querer incendiar de uma vez essas instituições carcomidas, apodrecidas. Mas o John Adams, mais conservador, mais cauteloso, mais prudente, vai nos lembrar de que isso é um risco enorme. Vai invocar o “pai do conservadorismo”, Edmund Burke, sobre os jacobinos: “Não ignoro nem os erros, nem os defeitos do governo que foi deposto na França e nem a minha natureza nem a política me levam a fazer um inventário daquilo que é um objeto natural e justo de censura. [...] Será verdadeiro, entretanto, que o governo da França estava em uma situação que não era possível fazer-se nenhuma reforma, a tal ponto que se tornou necessário destruir imediatamente todo o edifício e fazer tábua rasa do passado, pondo no seu lugar uma construção teórica nunca antes experimentada?”

Burke sabia que “a raiva e o delírio destroem em uma hora mais coisas do que a prudência, o conselho, a previsão não poderiam construir em um século”. Está complicado conter a raiva diante de tanto abuso, mas o fígado não é o órgão humano mais indicado para a política. Nela, o ótimo é inimigo do bom, e não há muito espaço para soluções mágicas, utópicas, apressadas.

O Brasil ficou refém de uma quadrilha comunista por mais de uma década, e os petistas aparelharam todas as nossas instituições. Além disso, já existiam inúmeros problemas graves antes e, sejamos francos, a qualidade da matéria-prima é ruim: a mentalidade predominante na população brasileira é atrasada, estatizante, tem pouco apreço pelos valores realmente conservadores, pelo império das leis em vez dos homens. Brasileiro gosta de um messias salvador, do sebastianismo à espera de um líder autoritário que vá resolver todos os nossos males num piscar de olhos.

A realidade não funciona assim. As mudanças levam tempo. Há solavancos no caminho, retrocessos. E riscos, muitos riscos. Justamente por causa da impaciência, da indignação legítima, muitos sucumbem à tentação de pegar atalhos, o que costuma levar ao abismo da barbárie.

Não nego que a pressão popular seja importante. O preço da liberdade é a eterna vigilância, e é bom governantes e ministros do STF ouvirem “a voz das

ruas”. Mas tampouco a saída está no populismo, em manifestações constantes, em uma democracia direta plebiscitária. As mudanças terão de ocorrer dentro das vias políticas, por políticos que supostamente representam o povo.

Serão bem mais lentas do que gostaríamos e talvez do que necessitamos. Mas não há alternativa, ao menos não uma decente. Só espero que as autoridades não estiquem ainda mais a corda a ponto de rompê-la. Brincam com o fogo revolucionário. E a única “revolução” de que precisamos é aquela da ordem e paz, da normalidade, da segurança institucional. 🍀

## Um presídio e um cemitério para Pontal do Paraná

Claudio Dalleone

**D**e modo absolutamente questionável e contrariando múltiplos questionamentos legais, o governo do estado do Paraná pode investir R\$ 369 milhões na primeira fase da construção da chamada “Faixa de Infraestrutura”. Ela prevê um conjunto de obras feitas para atender as necessidades de um único empresário responsável pelo investimento do tão falado e controverso porto de Pontal do Paraná.

Há entendimento claro de que todo o projeto é amplamente questionável. Os impactos ambientais e sociais que ele causaria seriam enormes. As obras representariam um prejuízo ao Litoral paranaense e à sociedade se fossem executadas da forma como vêm sendo apresentadas. Obviamente, os interesses de poucos estão se sobrepondo aos direitos de muitos.

Existe um grupo, pequeno, que brada pelas ruas de Pontal a ideia de que o porto trará avanços, progresso e qualidade de vida à população. No entanto, é conhecido e reconhecido nacionalmente, por exemplos já testados, que esse tipo de investimento privado traz mais prejuízos que benefícios à sociedade. Não há contrapartida. Não existe “almoço grátis” e os investidores nunca assumem o ônus social e ambiental causado pelos empreendimentos.

Com a execução da obra do porto de Pontal, o primeiro impacto sentido será no número de habitantes. A população masculina dará um salto durante as obras. Tende a dobrar. A criminalidade, a prostituição, o tráfico e o consumo de drogas também. Um exemplo prático dessa tragédia anunciada foi ao ar em rede nacional não faz tempo. O Fantástico, da Rede Globo, revelou recentemente a triste história do município de Altamira (PA). Apontada como a cidade mais violenta do país, Altamira deixou o status de município pacato, de pescadores ribeirinhos da bacia do Rio Xingu, para viver uma taxa de mortalidade 37% maior que a de países subdesenvolvidos, como Honduras.

A promessa da Usina de Belo Monte, de trazer progresso e desenvolvimento, era

mentirosa e isso ficou provado. Desde o início das obras, os índices de criminalidade explodiram. O represamento das águas do Xingu acabou com a pesca da região e centenas de pessoas ficaram desempregadas. Centenas de trabalhadores de outros estados foram a Altamira. Junto com eles, vieram o tráfico, a prostituição e os assaltos. Altamira não tinha estrutura para receber tanta gente. O caos se instalou na região amazônica e hoje se perpetua, crescendo continuamente.

Belo Monte funciona a todo o vapor e enriquece as empresas que compõem o consórcio de exploração das águas e da energia gerada pelo Xingu. Ao povo, a quem Belo Monte prometeu emprego, renda e prosperidade, ficou o sangue das centenas de homicídios registrados ano após ano e que escorre no chão das ruas de terra. Ficaram também a droga, o vício, o crack, o desamparo e o desemprego, até mesmo entre aqueles que tinham como profissão a pesca de subsistência.

Vale lembrar também que, há alguns anos, um presídio começou a ser construído em Altamira. Há quatro anos a obra está parada. Com Belo Monte, o tão esperado “progresso” chegou a Altamira. Mas chegou para dezenas de empresas que enriquecem enquanto o povo, uma vez iludido com a promessa de dias melhores, padece à espera do tão falado presídio. Esse é o retorno material de investimentos que Belo Monte trouxe para Altamira: um presídio.

**CONTINUA**

Seria justo que Belo Monte investisse um pouco mais e construísse também um cemitério, para que Altamira enterre seus filhos que morrem aos montes em suas ruas violentas.

Em um artigo recente, trouxe outro exemplo semelhante, só que em Cabo do Santo Agostinho e Ipojuca, paradisíacos municípios litorâneos do estado de Pernambuco. O Porto de Suape prometeu progresso e desenvolvimento àquele povo. Porém, trouxe riqueza a empresários e investidores da obra e do projeto. Aos moradores, Suape deixou o desemprego, o assalto, o homicídio, a droga, a prostituição, a Aids e a degradação da vida marinha.

Em Pontal do Paraná, o caos pede passagem e enfrenta até mesmo a Justiça Federal. Agindo contra a lei, querem construir um porto que ostenta a imagem de grandeza. Dizem que receberá os maiores navios do mundo em uma operação que promete mudar a vida dos moradores de Pontal do Paraná, Ilha do Mel, Ilha do Maciel e arredores. E de fato mudará. Mas para pior.

Que me perdoem os incautos e ludibriados. Esse porto, essa obra, esse projeto que está sendo imposto sob a falácia do progresso trará caos e desgraça à vida da população litorânea. Acabará com a vida marinha, colocará a Ilha do Mel em meio a um cenário de poluição e degradação. Será o responsável pela morte de centenas de espécies de peixes, aves e animais silvestres.

Acabará com uma enorme faixa de Mata Atlântica. Tudo em nome do privilégio e do interesse de uma única pessoa.

Falam em geração de empregos e renda e em desenvolvimento, mas nada ou pouco conhecem da realidade econômica do município. Com uma população de 20 mil habitantes, dos quais 8 mil estão em idade ativa, ou seja, em idade de trabalho, estima-se que quase mil pessoas estejam desempregadas na região. Deste total, menos de 20% teria qualificação para trabalhar no porto.

Em contrapartida, a construção da obra estima gerar mais de 800 empregos diretos em sua fase inicial. Sem mão de obra qualificada em Pontal, captarão trabalhadores em outras regiões do estado e do país. De início, a cidade estaria recebendo pelo menos 800 homens para a empreitada. Não haverá empregos para o pai de família, para o jovem e para o trabalhador de Pontal do Paraná.

Não há, portanto, como enxergar essa obra com bons olhos. Não há como mensurar resultados que sejam diferentes daqueles vistos em Altamira, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. Pontal do Paraná padece com infraestrutura mínima e poucos investimentos dos governos estadual e federal. Tem o suficiente para se manter ordeira. É imaturo e leviano pensar que poderá suportar tamanha demanda e, conseqüentemente, tantos problemas.

Se não mudar de direção, o governo do Paraná pode estar prestes a financiar a construção de um porto que colocaria Pontal do Paraná no mapa da violência do Brasil nos próximos anos. Com sorte, o "bondoso" empresário que receberia esse incentivo milionário do governo pode construir um presídio e um cemitério para que Pontal prenda e enterre seus filhos. ●

---

Claudio Dalledone é advogado criminalista.

# Tribunal permite registrar bebê com sexo ignorado

**Decisão, inédita no País, vale para quando formação da genitália da criança não permite definir claramente se é menino ou menina**

Taís Seibt

João Henrique Bosco  
ESPECIAIS PARA O ESTADO  
PORTO ALEGRE

Aos cinco meses de gravidez, Deise Batista saiu da consulta médica com 98% de certeza de que teria uma menina. A uma semana do parto, um novo exame indicou que era menino. O bebê tinha ambiguidade no canal urinário, que impossibilitava a clara distinção do sexo biológico, o que persistiu após o nascimento.

Essa condição envolve características atípicas da genitália, dos testículos ou dos ovários (*mais informações nesta pág.*) Passados quatro meses, uma série de exames e uma pequena cirurgia, os médicos tiveram certeza de que o filho de Deise era um menino. Só depois de um ano, porém, Cleiton foi registrado em cartório. O caso dele, hoje com 19 anos, não é a regra.

A Lei de Registros Públicos dá 15 dias para registrar o nascimento e exige que a certidão tenha sexo e nome do bebê. Sem o documento, fica difícil obter licença-maternidade ou paternidade, incluir o bebê no plano de saúde ou o transporte para serviços hospitalares de referência. Isso obriga muitos pais a fazerem o registro com sexo definido, para garantir direitos civis, com risco de transtornos judiciais e sociais mais tarde.

Decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul publicada este mês, inédita no País, muda essa realidade. A Consolida-

## PARA ENTENDER

### Condição pode exigir cirurgia

Na Medicina, considera-se que há ambiguidade quando uma genitália que parece ser masculina tem a presença de um pênis pequeno, testículos não palpáveis ou a abertura da uretra não está na ponta do pênis.

No caso de genitália que parece ser feminina, a dificuldade de distinção se dá quando o clitóris é aumentado, as gônadas (onde se produzem as células reprodutivas) são palpáveis ou há fusão dos grandes lábios.

Quando mais de uma dessas características está presente, existe franca ambiguidade sexual, então é necessária uma investigação por meio de exames clínicos, que podem ou não estar relacionados a procedimentos cirúrgicos e tratamentos hormonais para a distinção do sexo biológico.

ção Normativa Notarial e Registral prevê a possibilidade de se emitir a certidão com sexo ignorado e nome genérico, descrito como "RN" (recém-nascido) seguido do nome de um ou dos dois pais. No prazo de 60 dias, o registro pode ser mudado em cartório, indicando nome civil e

o sexo, sem custo aos pais. Se preciso mais tempo, o Ministério Público é acionado para acompanhar até que o registro seja atualizado com segurança.

"É uma decisão que tem de ultrapassar o Rio Grande do Sul, porque vai ajudar muitas famílias", afirma Gil Guerra Júnior, especialista no tema da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Além do desgaste jurídico, diz, as consequências de um registro precipitado podem ser de sofrimento psíquico. Muitas vezes, os casos chegam ao atendimento especializado já na puberdade — quando um menino desenvolve útero ou uma garota deixa de desenvolvê-lo, por exemplo.

A norma gaúcha só foi possível por ação conjunta entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e a Escola Superior da Magistratura da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. A demanda surgiu da experiência dos profissionais no ambulatório multidisciplinar do Hospital de Clínicas, que acompanha os pacientes semanalmente.

"Há questões social e emocional envolvidas, além do exercício dos direitos da criança", diz a juíza Dulce Gomes, do Núcleo de Estudos de Direito da Família da Escola da Ajuris. Segundo ela, essa decisão tem abrangência local porque cabe a cada tribunal editar as normas de registro civil nos Estados.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

29 JUN 2019

Para se tornar nacional, seria preciso mudar a Lei de Registros Públicos, com aprovação do Congresso. Mas Dulce acredita que pode inspirar outros tribunais no País. A medida da Corte gaúcha é restrita à diferenciação do sexo biológico – não leva em conta outras definições de gênero do ponto de vista social.

A Alemanha foi o primeiro país da União Europeia a permitir o registro de recém-nascidos com sexo indefinido, em 2013. Austrália, Nova Zelândia e Canadá também adotaram a medida.

**Subnotificação.** Os dados do Ministério da Saúde apontam para média anual de 500 nascidos vivos com sexo ignorado no Brasil, entre 2007 e 2017. Para Guerra Júnior, porém, há subnotificação. O professor da Unicamp cita estudo feito em Alagoas, que identificou um caso de dificuldade de distinção sexual a cada cem nascimentos em Maceió, entre 2010 e 2011.

A subnotificação se dá pela falta de conhecimento dos próprios pediatras. Segundo Guerra Júnior, quando a genitália se parece muito a um dos sexos, a tendência é o pediatra indicar aquele sexo biológico, ou então os médicos encaminham diretamente para cirurgia de “correção”, antes mesmo de executar exames mais detalhados.

Também pesa a questão social. A indiferenciação sexual envolve tabus culturais e preconceito. Até mesmo a formação de grupos de apoio a pais e crianças com esse diagnóstico ainda é limitada no Brasil.

O esclarecimento dos pais e dos médicos para compreender a situação é fundamental, como mostra o exemplo de Cleiton. “Sempre me deixaram a par do que tinha acontecido e tive liberdade para fazer perguntas, tirar dúvidas”, conta.

Aluno de Pedagogia, o adolescente diz levar uma vida normal, tem planos de viver no exterior e formar uma família. E segue acompanhado pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Em julho, Cleiton vai contar sua história no 7.º Simpósio Internacional de DDS (do inglês, Disorder of Sexual Differentiation), que será em São Paulo – pela primeira vez fora da Europa.

29 JUN 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### COLUNA DO ESTADÃO

## No 1º semestre, Toffoli se vale de perfil político

**O**utroa criticado, o perfil político de Dias Toffoli foi uma das marcas de sua condução do Supremo no 1.º semestre. A Corte iniciou o ano sob ataque das ruas, do Congresso e da família Bolsonaro. Hoje a temperatura baixou, mesmo o STF tendo enfrentado temas espinhosos e crises — inclusive as criadas por ele próprio. Nesses meses, Toffoli almoçou com parlamentares e até tentou costurar um pacto entre os Poderes, sem sucesso. Ministro da Corte, Marco Aurélio destaca seu papel mediador: “Se não houver ponderação no STF, onde haverá?”

● **Balanço.** Em cerimônia de encerramento do semestre na segunda-feira, Toffoli apresentará números aos quais a *Coluna* teve acesso. Foram 57,4 mil decisões, entre monocráticas e colegiadas — 76,4% definitivas.

● **...geral.** Em 61 sessões presenciais e virtuais, foram votados 1.615 processos, 16,5 por sessão. O acervo atual é de 35,8 mil, com redução de 64,5% desde 2009.

● **Ocla dentro?** Apesar das críticas, o entorno de Toffoli não admite erros na censura da matéria da revista *Crusoe*. Mas reconhece que, não fosse o episódio, o inquérito das fake news teria sido “um golaço”.

● **Elemento.** O julgamento sobre prisão em segunda instância deve voltar ao plenário, mas a tendência é ser incluído na pauta de uma semana para a outra.

● **...surpresa.** Quando foi marcado o julgamento para abril do ano passado, a segurança do Supremo detectou aumento significativo de ameaças aos ministros.



● SINAIS PARTICULARES. Dias Toffoli, presidente do STF

29 JUN 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### Forças Armadas.

Maria Elizabeth Rocha, do STM, considera 'gravíssimo' o episódio da prisão do sargento da FAB na Espanha e defende atualização do Código Penal Militar

# Ministra quer pena maior para militar traficante

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A ministra Maria Elizabeth Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM), disse considerar "gravíssimo" o caso do sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Manoel Silva Rodrigues, preso na Espanha sob a acusação de transportar 39 quilos de cocaína, e que a sua punição deve ser "rigorosa", se comprovada a culpa no episódio. Coordenadora de um grupo de trabalho que apresentou ao Congresso uma proposta de atualização do Código Penal Militar, a ministra defende penas mais duras para integrantes das Forças Armadas envolvidos no tráfico de drogas. Atualmente, a punição máxima é de cinco anos de prisão, enquanto a Lei das Drogas prevê pena de até 15 anos para casos envolvendo civis.

"Estou convicta sobre a necessidade de alteração do Código Penal Militar para apenar com rigor o tráfico de entorpecentes. É inconcebível que um militar trafique dentro de um quartel, um local onde se encontram homens armados, investidos do monopólio da força legítima pelo Estado", afirmou Maria Elizabeth ao Estado. "De um militar se exige a defesa da Pátria, dos poderes constituídos e da lei e da ordem, por isso uma conduta tão grave deve ser apenada com rigor. Lamentavelmente, a lei vigente só autoriza ao magistrado uma condenação máxima de 5 anos."

#### ● 'Inconcebível'

"Estou convicta sobre a necessidade de alteração do Código Penal Militar para apenar com rigor o tráfico de entorpecentes. É inconcebível que um militar trafique dentro de um quartel, um local onde se encontram homens investidos do monopólio da força legítima pelo Estado."

Maria Elizabeth Rocha

MINISTRA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)

A opinião de Elizabeth tem ecos no tribunal, instância máxima da Justiça Militar federal. Além do endurecimento da pena, considerada branda, a avaliação é de que é preciso diferenciar o uso próprio de entorpecentes do tráfico de drogas.

Elizabeth representa um dos cinco magistrados civis do STM – outros 10 são militares, totalizando 15 integrantes. Única mulher a compor o tribunal desde a sua criação, em 1808, ela ganhou visibilidade durante o julgamento dos militares que fuzilaram com mais de 80 tiros o carro do músico Evaldo Rosa dos Santos, no Rio de Janeiro. A magistrada deu o único voto para manter a prisão dos envolvidos no episódio, mas foi vencida e os acusados acabaram soltos.

Sobre o caso do sargento preso ao desembarcar na Espanha, a ministra acredita que um militar "que se valeu da farda para traficar no avião de apoio da Presidência da República é algo inaceitável e revoltante". "Se ficar de fato provado que ele assim

agiu, a punição deve ser rigorosa. O caso é gravíssimo", afirmou ela. O inquérito contra Rodrigues pode chegar ao STM.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou anteontem que o militar pagará um "preço alto" pelo episódio. O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, por sua vez, disse que "houve quebra de confiança" e que não vai "admitir criminosos entre nós".

**Anacrônicas.** Elizabeth lembra que o Congresso atualizou ao longo dos últimos anos o Direito Penal, mas se esqueceu de fazer ajustes também no Direito Penal Militar, resultando em leis que "se tornaram anacrônicas, defasadas pelo tempo".

Atualmente, o Código Penal Militar prevê pena de reclusão de até cinco anos tanto para o consumo e para a posse quanto para o tráfico de drogas, misturando em um mesmo artigo múltiplas situações.

A proposta do grupo de trabalho coordenado pela ministra era adequar a legislação militar à Lei das Drogas de 2006: aumentava a pena para tráfico de drogas (para até 15 anos) e abrandava a do consumo próprio (de seis meses a um ano para quem oferecesse droga para consumir com outra pessoa). "O uso de entorpecentes deve ser tratado como uma questão de saúde pública. O tráfico como uma questão de polícia e, posteriormente, de incriminação penal. A sanção deve ser rigorosa, pois está em jogo o bem estar social", afirmou ela.

**CONTINUA**

29 JUN 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Na época, a proposta do grupo de trabalho de penas mais duras para militares envolvidos em tráfico de drogas foi entregue ao deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP). O texto, no entanto, não avançou, a exemplo de outras propostas que tratam sobre o endurecimento de penas para os militares. “Isso tem de ser corrigido, mas até hoje não é uma prioridade, nem do Congresso, nem dos militares, nem do Executivo”, afirmou Zarattini ao **Estado**.

O presidente da Comissão Especial de Direito Militar da OAB-SP, Fernando Capano, disse ser favorável até mesmo a penas mais duras para um militar condenado por tráfico do que a que existe para os civis. “De um militar se espera valores mais sólidos, representa a institucionalidade de nosso País. Não tem lógica tratar condutas exatamente iguais com penas tão díspares”, avaliou o advogado.

## Houve condenação em 50% dos casos de drogas, diz Corte

● Um levantamento feito pelo Superior Tribunal Militar (STM) aponta que houve condenação em 50% dos casos de tráfico, posse ou uso de entorpecentes julgados pela Justiça Militar da União de 2010 a 2018. Como posse, tráfico e uso de entorpecentes estão enquadrados no mesmo artigo do Código Penal Militar, o tribunal alegou que não é possível fazer a diferenciação sobre os processos de cada uma dessas situações.

O STM, no entanto, informou que a maioria dos processos diz respeito a pequenas quantidades de maconha apreendidas em quartéis, em posse dos militares. Em 20% dos casos levantados pelo tribunal houve absolvição e em 29% a punibilidade foi extinta, como nos casos de prescrição ou de morte do militar investigado. No restante dos processos, não foi possível identificar as informações, segundo o STM.

Quando as Forças Armadas são comparadas entre si, proporcionalmente, são cometidos mais crimes dessa natureza no âmbito do Exército, aponta um estudo de 2015. A maconha é a substância mais comum, mas o relatório já alertava que havia mais casos de cocaína na Aeronáutica. / R.M.M.

29 JUN 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### Bolsonaro critica OAB ao falar sobre ex-juiz

*Mathews Lara*

O presidente Jair Bolsonaro criticou ontem a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em entrevista à rádio Jovem Pan. Citando um boato de que a instituição teria impedido o acesso da Polícia Federal ao telefone de Adélio Bispo, autor da facada contra ele em 2018, o presidente questionou o papel da OAB.

“Para que serve essa Ordem dos Advogados do Brasil a não ser para defender quem está à margem da lei?”, disse Bolsonaro. Ele respondia a uma pergunta a respeito das manifestações marcadas para amanhã a favor do ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro.

“Sobre os vazamentos, olha o meu caso: o telefone do Adélio, por uma ação da OAB, a Polícia Federal não pode entrar nele. Não podemos saber com quem ele conversou naqueles dias quando tentou me matar. Que Justiça é essa? Não quero generalizar. Quem está tentando incriminar o Moro, que aliás eu não vi nada demais (*nas supostas mensagens*), poderia fazer uma campanha em cima da OAB.”

O *Estadão Verifica* mostrou que é falsa a informação de que o sigilo telefônico de Adélio é protegido pela OAB. A informação falsa confunde o processo do acusado com outra ação envolvendo seu advogado, Zanone Manuel de Oliveira. O boato foi publicado no início do mês no Facebook.

Conforme a própria Polícia Federal, todo o material apreendido com Adélio já foi analisado e não há liminar impedindo os trabalhos dos investigadores. A atuação da OAB no caso, na verdade, se refere a uma medida de segurança impetrada pela entidade em favor do advogado de Adélio.

Em 21 de dezembro do ano passado, a Polícia Federal realizou operação de busca e apreensão no escritório de Oliveira, com o argumento de investigar quem estaria pagando seus honorários e checar supostas ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Foram recolhidos documentos e aparelhos eletrônicos do advogado.

OAB em Minas Gerais impetrou mandado de segurança e conseguiu liminar no Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região (TRF-1). O pedido foi atendido. A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu da decisão, mas o recurso ainda não foi analisado.

29 JUN 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## Juiz do Rio quebra sigilo de mais 8 no caso Flávio Bolsonaro

Decisão de titular da 27ª Vara alcança servidores do antigo gabinete do senador na Alerj; defesa vê falta de fundamentação

**Ricardo Galhardo**  
**Fabio Leite**

O juiz da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, Flávio Itabaiana, determinou a quebra dos sigilos fiscal e bancário de outras oito pessoas vinculadas ao antigo gabinete do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Dois meses atrás, ele já havia levantado os sigilos de 86 pessoas e de nove empresas.

Além disso, o juiz reforçou a fundamentação para a quebra dos sigilos. A falta de fundamentos – inicialmente resumidos em apenas uma linha de texto – é objeto de um habeas corpus impetrado pela defesa do senador.

“Fica muito claro que eles tentam sanar os vícios da primeira decisão que não tinha a fundamentação necessária para justificar uma medida dessa dimensão”, disse o advogado de Flávio, Frederick Wassef.

A 27ª Vara Criminal e o Ministério Público do Rio (MP-RJ), autor do pedido, não quiseram se manifestar. O processo corre em segredo de Justiça.

O senador, filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, é alvo de um procedimento de investigação criminal (PIC) aberto pelo MP-RJ no ano passado com base em relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontam movimentações atípicas do ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz.

Chefe da segurança do gabinete de Flávio, com rendimentos que não chegam a R\$ 20 mil por mês, Queiroz movimentou R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2017 e o mesmo mês de 2018.

### • 'Vícios'

“Fica muito claro que eles tentam sanar os vícios da primeira decisão que não tinha a fundamentação.”

**Frederick Wassef**

ADVOGADO DE FLÁVIO BOLSONARO

Investigações mostram que nove ex-assessores do então deputado estadual depositavam mensalmente parte de seus vencimentos na conta de Queiroz. O MP desconfia da prática conhecida como “rachadinha”, pela qual o empregador fica com parte do salário do empregado.

Em casos envolvendo dinheiro público, pode ser enquadrada como peculato.

O caso foi revelado pelo Estado em dezembro do ano passado. Além das transações envolvendo Queiroz, o Ministério Público apura transações imobiliárias feitas por Flávio nas quais ele teria lucrado R\$ 3 milhões em dez anos. O senador é investigado por suspeita de lavagem de dinheiro, peculato e organização criminosa. Ele nega todas as suspeitas.

Em entrevista ao **Estado** duas semanas atrás, o advogado do senador afirmou que Flávio nunca recebeu depósitos de Queiroz. De acordo com Wassef, se houve alguma irregularidade a responsabilidade é do ex-assessor.

Na semana passada, o desembargador Antonio Carlos Nascimento Amado, relator do caso na 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), negou um pedido de liminar da defesa para suspender a quebra de sigilos. Dias antes o TJ-RJ havia acatado pedido semelhante de uma das nove empresas que tiveram os sigilos levantados.

Segundo o advogado do senador, a fundamentação do juiz da 27ª Vara Criminal para a quebra de sigilos fiscal e bancário vai continuar no alvo da defesa. “As novas medidas não vão revalidar os erros cometidos lá atrás”, disse Wassef.

Além de atacar a suposta falta de argumentos para a quebra dos sigilos, a defesa de Flávio também vai questionar o vazamento de informações do PIC.

“Causa muita estranheza a velocidade como é vazada de forma ilegal informação de um processo que tramita em segredo”, disse Wassef.

Segundo ele, os vazamentos serão usados como argumento para pedir a nulidade da investigação em tribunais superiores.

A defesa argumenta também que o fluxo de informações sobre as movimentações financeiras do senador entre Coaf e MP configuraria quebra de sigilo sem autorização judicial.

29 JUN 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## ‘Certamente ocorreu um ataque criminoso’, diz Barroso

*Fausto Maceão  
Luiz Vassallo*

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem não ter “nenhuma dúvida” de que houve um “ataque criminoso” às comunicações do ex-juiz da 13.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal de Curitiba – hoje ministro da Justiça e Segurança Pública – Sérgio Moro e ao procurador da República e coordenador da força-tarefa da Lava Jato no Paraná, Deltan Dallagnol. “Certamente ocorreu ataque criminoso”, disse o ministro. “Certamente, não tem nenhuma dúvida”, completou Barroso, após proferir palestra em São Paulo.

Desde o início do mês, o site The Intercept Brasil vem divulgando o teor de supostas trocas de mensagens entre Moro e procuradores que atuam ou atuaram em casos relacionados à Lava Jato. O site disse que recebeu o material de “fonte anônima”.

A revelação das supostas conversas entre Moro e Dallagnol deu munição ao habeas corpus impetrado em dezembro do ano passado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Sil-

va (processado pela força-tarefa de Curitiba e condenado pelo então juiz), no qual questiona a imparcialidade do magistrado.

Após a divulgação das conversas, a defesa de Lula enviou uma manifestação ao relator dos casos da Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin, na qual afirmam que o conteúdo das reportagens mostra um “completo rompimento da imparcialidade objetiva e subjetiva” de Moro.

Nesta semana, a Segunda Turma do Supremo, por 3 votos a 2, manteve o petista na prisão até a análise do mérito do habeas corpus. Desde abril de 2018, Lula cumpre pena na ação do triplex do Guarujá, na qual foi condenado em terceira instância a 8 anos e 10 meses.

Anteontem, o corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel Moreira, decretou o arquivamento de representação do Conselho Nacional do Ministério Público contra Dallagnol e outros procuradores.

29 JUN 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

# Por 'boa conduta', Lúcio Funaro passa para o semiaberto

Doleiro, que cumpre pena em casa, apontou envolvimento da cúpula do MDB em esquema de desvios de recursos

*Luiz Vassallo*

O juiz federal Vallisney de Oliveira, da 10.<sup>a</sup> Vara Federal de Brasília, concedeu ao doleiro e delator Lúcio Funaro a progressão de regime diferenciado domiciliar (em que o preso cumpre pena em casa) para o semiaberto (modalidade em que o apenado pode deixar sua residência, e ficar recolhido em períodos específicos).

Ao conceder a progressão de regime, o magistrado afirmou que o “sentenciado tem boa conduta no regime fechado diferenciado (prisão domiciliar), não registra faltas, nem se envolveu em qualquer incidente ou qualquer outra ocorrência ilícita, sendo sua conduta exemplar, em seu domicílio e com sua família”.

Funaro foi preso em junho de 2016, apontado como suposto operador de propinas e desvios na Caixa Econômica Federal e em fundos de pensão. Em 2017, ele firmou acordo de delação premiada, em que delatou integrantes da cúpula do PMDB, o que inclui o ex-presidente Michel Temer.

Suas declarações foram usadas em inquéritos das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono? e até mesmo no chamado Inquérito dos Portos, que mira Temer.

As cédulas de R\$ 51 milhões encontrados em um apartamento e atribuídas ao ex-ministro Geddel Vieira Lima e seu irmão, Lúcio Vieira Lima, foram reconhecidas pelo doleiro – que as apontou como propinas da JBS. O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha também foi um de seus alvos em delações.

Em dezembro do mesmo ano em que firmou delação, ele obteve a progressão para o regime domiciliar, com a promessa de que não deixaria sua residência, em Vargem Grande do Sul, interior de São Paulo.

**Trabalhos manuais.** Em sua sentença, o juiz da Vara de Brasília escreveu também que Funaro “vem desenvolvendo trabalhos manuais na sua própria residência”. “Caracterizam atos de regeneração e inserção social, dando-lhe o direito por lei e pelo acordo a remir a pena – traba-

lhos esses comprovados à exaustão e acompanhados pelo MPF e constatados por este juízo, demonstrado ser merecedor da progressão ora buscada.”

O juiz listou as imposições para o novo regime de cumprimento de pena para Funaro, como apresentar relatórios trimestrais de suas atividades profissionais, “sendo recomendado que continue com a vida reservada e cumpridora de deveres a que se dispôs após sua saída da prisão”. Só poderá realizar viagens dentro do território nacional e por motivo de trabalho, depois da prévia comunicação ao juízo da execução.

30 JUN 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### Vitória da democracia

**S**egunda-feira, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu liminarmente o trecho da Medida Provisória (MP) 886 que transferiu da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura a prerrogativa de demarcar terras indígenas. No dia seguinte, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), devolveu esta parte da MP para o Poder Executivo. Embora o ato se trate de uma prerrogativa da Presidência do Senado, sua ocorrência não é trivial.

Há quem interprete esses dois atos como manifestações de hostilidade do Judiciário e do Legislativo em relação ao Executivo. É um equívoco, no entanto, tratar dos casos à luz de um suposto embate entre os Poderes. O revés imposto ao governo é menos uma “derrota” para o presidente Jair Bolsonaro do que um evidente sinal de vitalidade de nossa democracia republicana, em especial pelo bom funcionamento do sistema de freios e contrapesos. Ademais, a decisão do ministro Barroso é liminar e nada impede que o governo, se assim desejar, reapresente a matéria ao Congresso por meio de projeto de lei.

O presidente Jair Bolsonaro já havia tentado tirar da Funai a competência para demarcar terras indígenas por meio de outra MP, que fora rejeitada pelo Legislativo. Logo, nova MP

sobre o mesmo tema fere o artigo 62, § 10, da Lei Maior. Segundo Barroso, a “transferência da competência para a demarcação das terras indígenas foi igualmente rejeitada na atual sessão legislativa. Por conseguinte, o debate, quanto ao ponto, não pode ser reaberto por nova Medida Provisória. A se admitir tal situação, não se chegaria jamais a uma decisão definitiva e haveria clara situação de violação ao princípio da separação dos Poderes”.

O senador Davi Alcolumbre, por sua vez, também justificou a decisão de considerar “não escrito” o referido trecho da MP 886, devolvendo-o ao Poder Executivo, invocando a Constituição. “Estou considerando não escritas as alterações (*nas competências do Ministério da Agricultura*), devolvendo-as ao senhor presidente da República”, disse o presidente do Senado. “Informo que a Constituição é claríssima ao afirmar que é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de Medida Provisória que tenha sido rejeitada ou tenha perdido eficácia por decurso de prazo”, concluiu.

A demarcação de terras indígenas é tema dos mais complexos por envolver exigências constitucionais e ter muitas implicações sociais, políticas e econômicas. Há bons argumentos em defesa da manutenção de competência da Funai como os há para a transferência para o Ministério da Agricultura. O problema é que ambos são partes que têm muitos inte-

resses envolvidos nessa questão. Tanto é assim que tramita no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – 215/2000 – para atribuir ao Poder Legislativo a competência para “aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas”. A proposta, cujo objetivo é conter abusos na demarcação dessas terras, aguarda desde 2015 a aprovação em dois turnos pelas duas Casas Legislativas.

Já há expressiva porção do território nacional demarcada como reserva indígena. Nada justifica, portanto, que o tema seja tratado com pressa. A complexidade do processo de demarcação de terras impõe a devida cautela.

Mas, se o presidente da República entende ser melhor para o País que o Ministério da Agricultura, e não mais a Funai, seja o responsável por demarcar as áreas de reservas indígenas, tem todo o direito de levar adiante a sua proposta. Mas que o faça com respeito à Constituição. Sob este prisma, as decisões do ministro Luís Roberto Barroso e do senador Davi Alcolumbre afiguram-se como educativos anteparos aos arroubos legiferantes do presidente Jair Bolsonaro. Ele pode fazer muito para levar adiante a agenda que defendeu durante a campanha eleitoral, da qual saiu vitorioso. Mas não pode tudo. Acima de suas vontades, como das de quaisquer brasileiros, há a Constituição:

## Moro foi alvo de críticas por aceitar ministério, diz site

Mensagens atribuídas a procuradores do Ministério Público Federal mostram críticas à decisão do ex-juiz federal Sérgio Moro em aceitar o cargo de ministro no governo Jair Bolsonaro, em novembro do ano passado, segundo reportagem veiculada pelo site The Intercept Brasil.

A suposta troca de mensagens teria ocorrido entre 25 de outubro – três dias antes do segundo turno das últimas eleições – e 1º de novembro do ano passado, data em que Moro aceitou convite para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Segundo as mensagens, além das críticas ao ex-juiz e seu envolvimento com Bolsonaro, os procuradores também temiam que a ida de Moro para Brasília poderia manchar a imparcialidade das ações da Lava Jato.

Pelo Twitter, Moro voltou a criticar as reportagens do The Intercept Brasil, classificando a mais recente como “suposta foca de procuradores”. “A matéria do site, se fosse verdadeira, não passaria de supostas focas de procuradores, a maioria de fora da Lava Jato”, afirmou.

O ministro também criticou duas correções feitas pelo The Intercept Brasil: a primeira se refere a um erro de data, onde o texto listava que um chat teria ocorrido em 1º de novembro de 2019 ao invés de 2018 e outro sobre o local de trabalho da procuradora Monique Checker, que atua no Ministério Público Federal de Petrópolis, e não em Barueri e Osasco.

“Isso só reforça que as msgs (*mensagens*) não são autênticas e que são passíveis de adulteração. O que se tem é um balão vazio, cheio de nada. Até quando a honra e a privacidade de agentes da lei vão ser violadas com o propósito de anular condenações e impedir investigações contra corrupção?”, escreveu Moro.

Movimentos como o Vem pra Rua e o MBL convocaram para hoje manifestações de rua em apoio ao ministro e à Lava Jato.

O Estado não conseguiu contato com os procuradores citados.

# 30 JUN 2019

## COLUNA DO ESTADÃO

● **Ranking.** A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal votou 24,5% (3.483) processos a mais do que a 2ª Turma (2.797). O número de sessões presenciais e virtuais foi o mesmo (40).

● **A seu tempo.** A discrepância justifica-se em parte pelo perfil dos julgamentos. Responsável pela Lava Jato, a 2ª Turma costuma ter debates mais longos.

● **O que fazem.** As turmas são responsáveis pelos processos que não demandam a declaração de inconstitucionalidade de leis, atribuição exclusiva do Plenário.

## A SEMANA

Segunda-feira, 7  
STJ retoma julgamento de foro de membros do MP

O voto do relator, Luís Felipe Salomão, sugere manter o foro apenas para crimes cometidos em função do cargo.

01 JUL 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## Atos em defesa de Moro miram Congresso e STF

Manifestantes saíram ontem às ruas em pelo menos 70 cidades dos 26 Estados, além do Distrito Federal, em defesa do ministro da Justiça, Sérgio Moro, da Operação Lava Jato e da aprovação da reforma da Previdência – uma das principais bandeiras do governo. Os atos também foram marcados por novos ataques ao Congresso e a ministros do Supremo Tribunal Federal. No Twitter, o presidente Jair Bolsonaro citou a “civildade” e “legitimidade” dos movimentos, enquanto o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Augusto Heleno, discursou em um carro de som ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) em Brasília

Quatro bonecos foram inflados em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. Dois deles simbolizando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Lula (ambos com roupa de presidiário), um de Moro vestido de super-homem e o último unindo Lula, o ex-ministro do PT José Dirceu e o ministro Gilmar Mendes, do STF. Na avenida Paulista, lugar escolhido pelos manifestantes em São Paulo, bonecos e faixas também traziam críticas ao Supremo e ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Os protestos foram convocados depois que o site The Intercept Brasil passou a divulgar supostas trocas de mensagens entre Moro e procuradores da Lava Jato em Curitiba. Essas mensagens sugerem a intervenção do então juiz federal na condução da operação, inclusive com a indicação de possíveis testemunhas.

A iniciativa dos atos coube a

grupos como o MBL e o Vem Pra Rua. Atuantes durante o processo de impeachment do presidente cassada Dilma Rousseff, eles não participaram das manifestações pró-Bolsonaro de maio passado – marcadas, como ontem, por ataques ao Supremo e ao Congresso. O Nas Ruas, criado pela deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), também teve participação ativa na organização de ontem.

**Tumulto.** Integrantes do MBL chegaram a ser hostilizados por outros ativistas, por um discurso de “independência” em relação a Bolsonaro. Em São Paulo, cerca de 20 integrantes do DireitaSP foram até o caminhão do MBL estacionado em frente ao Masp para gritar contra o grupo. Houve um princípio de tumulto e a Polícia Militar teve de agir para evitar uma briga generalizada. No Rio de Janeiro, também houve ataques entre integrantes de grupos diferentes. “A gente não puxa o saco do Bolsonaro e somos críticos ao governo”, disse Renato Battista, coordenador nacional do MBL.

Na avenida Paulista, que teve quatro quadras ocupadas por manifestantes vestindo principalmente verde e amarelo, o carro de som do Nas Ruas foi o ponto de encontro mais “governista” do ato. Entre os oradores, além de Zambelli, estavam o empresário Luciano Hang, dono da Havan, o senador Major Olimpio (PSL) e o cantor Latino. “Nós apoiamos o ministro Sérgio Moro, o pacote anticrime e o governo Bolsonaro”, afirmou Tomé Abduch, porta-voz do Nas Ruas.

“Eu vejo”. Após a publicação das supostas mensagens pelo The Intercept Brasil, Moro se apresentou em audiência no Senado.

Com isso, ele buscou esvaziar articulação de partidos de esquerda que falavam em criar uma CPI. O ministro nega qualquer interferência nas investigações quando era juiz e coloca em dúvida o teor das mensagens.

Ontem, ele usou o Twitter para se referir às manifestações. “Eu vejo, eu ouço, eu agradeço. Sempre agi com correção como juiz e agora como ministro”, escreveu ele, em uma das mensagens. Em outra, agradeceu o apoio de Bolsonaro. “Sou grato ao PR (*presidente da República*) e a todos que apoiam e confiam em nosso trabalho. Hackers, criminosos ou editores maliciosos não alterarão essas verdades fundamentais. Avançaremos com o Congresso, com as instituições e com o seu apoio.”

No Rio, o ato chegou a ocupar cerca de seis quadras da Avenida Atlântica, em Copacabana. O ato teve o Hino Nacional e palavras de ordem como “O STF é uma vergonha”, “Rodrigo Maia se acha 1.º ministro”, “Fora PT e a velha política”.

Em Porto Alegre, o ato foi realizado no centro, apesar da chuva e do frio de 16 graus. Foram registradas ainda manifestações em capitais como Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Goiânia (GO) e Curitiba (PR), e cidades do interior paulista, como Campinas e Sorocaba. Em Boston (EUA), o ato reuniu cerca de 20 pessoas. A frase “In Moro We Trust” (Em Moro nós confiamos) apareceu em cartazes. / PEDRO VENCESLAU, DENISE LUNA, RENATO ONOFRE, EDUARDO RODRIGUES, GABRIELA BILÓ, JOSÉ MARIA TOMAZELA e LEONARDO AUGUSTO, RITA SOARES, PEDRO MOREIRA, LUCIANO NAGEL, JULIO CESAR LIMA e MARÍLIA NOLETO, ESPECIAIS PARA O ESTADO

29 JUN 2019

## FOLHA DE LONDRINA

# Justiça quebra sigilo de mais oito no caso Flávio Bolsonaro

São Paulo - O juiz da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, Flávio Itabaiana, determinou a quebra dos sigilos fiscal e bancário de outras oito pessoas vinculadas ao antigo gabinete do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Dois meses atrás ele já havia levantado os sigilos de 86 pessoas e nove empresas. Além disso, o juiz reforçou a fundamentação para a quebra dos sigilos. A falta de fundamentos - inicialmente resumidos em apenas uma linha de texto - é objeto de um habeas corpus impetrado pela defesa do senador. "Fica muito claro que eles tentam sanar os vícios da primeira decisão que não tinha a fundamentação necessária para justificar uma medida dessa dimensão", disse o advogado de Flávio, Frederick Wassef.

A 27ª Vara Criminal e o Ministério Público do Rio (MP-RJ), autor do pedido, não quiseram se manifestar. O processo corre em segredo de Justiça. O senador, filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, é alvo de um procedimento de investigação criminal (PIC) aberto pelo MP-RJ no ano passado com base em relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) que apontam movimentações atípicas do ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz. O caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo em dezembro do ano passado.

O senador é investigado por suspeita de lavagem de dinheiro, peculato e organização criminosa. Ele nega. Na semana passada, o desembargador Antonio Carlos Nascimento Amado, relator do caso na 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), negou um pedido liminar da defesa para suspender a quebra de sigilos. Dias antes, o TJ-RJ havia acatado pedido semelhante de uma das nove empresas que tiveram os sigilos levantados. Segundo o advogado do senador, a fundamentação exígua do juiz da 27ª Vara Criminal para a quebra de sigilos vai continuar no alvo da defesa. "As novas medidas não vão revalidar os erros cometidos lá atrás", disse Wassef.

29 JUN 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Londrina terá ato em defesa de Sergio Moro

Três grupos organizam a passeata, neste domingo (30), a partir das 15h, na rotatória das avenidas JK e Higienópolis

*"A gente tem que punir quem está roubando o País, não quem está lutando contra os bandidos"*

Isabela Fleischmann

Reportagem Local

Seguindo a corrente nacional de mobilizações em defesa do ministro da Justiça Sergio Moro, Londrina terá um ato favorável ao ex-juiz e à Lava Jato neste domingo (30). Três grupos organizam a passeata: o Patriotas, o Nas Ruas e o Parlatório Livre.

Os atos são reflexo das reportagens divulgadas desde o início do mês pelo site Intercept, que revelaram mensagens de Moro com o procurador da Operação Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, mostrando que, enquanto juiz, ele influenciaria nas decisões do Ministério Público nos processos da Lava Jato. Moro disse não reconhecer a autenticidade das mensagens e o MPF (Ministério Público Federal) alega que se trata de um ataque hacker.

O apoio ao ministro, à operação, ao pacote Anticrime por ele proposto, além do

movimento contrário à punição por abuso de autoridade praticado por magistrados e membros do Ministério Público são as principais pautas da mobilização londrinense.

À revelia das mobilizações nacionais, o MBL (Movimento Brasil Livre) de Londrina se absteve da organização deste ato. Segundo o coordenador do movimento na cidade, Douglas Souto, a decisão não está relacionada à fala do ministro chamando os membros do movimento de "tontos", mas sim com os gastos. "Nós estaremos nas ruas, junto da população, mas não estamos na organização, não estaremos em cima do caminhão. Outros núcleos do MBL estão convocando, mas aqui em Londrina preferimos estar embaixo, junto do povo, e também por conta de recursos, já que gera muitos gastos."

Moro teria chamado membros do MBL de "tontos" em 2016, conforme divulgou a Folha de S. Paulo e o Intercept. No último domingo

(23), o ministro enviou um áudio dizendo que não sabia se os termos eram dele, mas se desculpou com o movimento. O ex-juiz faria referência a um protesto do movimento, à época, em frente ao apartamento do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki.

"Logo em seguida ele enviou um áudio para todos os membros do movimento dizendo que não sabia se tinha dito aquilo ou não, mas que ele achou um ato inoportuno do MBL do Rio Grande do Sul", explicou Souto.

**CONTINUA**

### O ATO

“Nós precisamos apoiar, independentemente de partido político, quem está na Lava Jato, a Polícia Federal e o Ministério Público, porque é o lado certo. Não podemos apoiar bandido”, disse uma das organizadoras do ato esperado para domingo, Adriana Figueiredo. A professora, que faz parte do grupo Patriotas, ressalta que a ação é apertadária.

Ela lembra que as pautas são nacionais e que os grupos vão se organizando conforme as notícias. “Eles vão dizendo o que está acontecendo com o Sérgio Moro por causa dos áudios e tal, para desmoralizar o Moro, a gente não acredita nisso. Estão tirando o foco”, argumenta.

Defensora assídua da Lava Jato, a organizadora explica que a operação está sendo atacada. “A Lava Jato recuperou milhões para o Brasil. Moro abriu mão até da aposentadoria dele como juiz federal justamente para tentar fazer a mudança no País.”

Sobre o projeto 10 Medidas de Combate à Corrupção, criado pelo MPF e aprovado pelo Senado nesta quarta (26), Figueiredo criticou as mudanças no texto referentes à punição por abuso de autoridade praticado por magistrados e integrantes do MP. As pautas caras ao grupo são discutidas pelo WhatsApp. “A gente vê as demandas do momento, o apoio à Lava Jato, as 10 Medidas Contra a Corrupção e não ao abuso de autoridade.”

Figueiredo disse estar otimista quanto à adesão ao movimento. O ato tem início às 15h na rotatória das avenidas JK e Higienópolis e seguirá até a Praça da Bandeira

com caminhão de som e faixas. “A melhor coisa é a democracia e temos que defendê-la, a gente tem que punir quem está roubando o País, não quem está lutando contra os bandidos”, afirma.

### HOMENAGEM

O ministro Sergio Moro disse nesta sexta-feira, 28, que a operação Lava Jato ainda prossegue e é alvo de ataques. “Nós temos de preservá-la”, afirmou, após receber a Ordem do Ipiranga, maior honraria do Estado de São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes.

De acordo com o ministro, nas últimas três semanas ele tem sofrido vários ataques, em um referênci a ao vazamento de conversas atribuídas a ele e a membros da Lava Jato. “Há um certo revanchismo que às vezes aparece”, disse.

O ministro e ex-juiz voltou a afirmar que as “invasões criminosas” de celulares estão sendo investigadas. “A Polícia Federal deve chegar aos responsáveis”, disse.

O ministro agradeceu também o apoio que diz estar recebendo do presidente Jair Bolsonaro. “Desde o início deste falso escândalo, a meu ver, o presidente tem prestado apoio”, disse.

01 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Manifestos em prol da Lava Jato e de Moro ocorrem em todo País

## Em Londrina, grupo ocupou ruas do Centro com faixas contra a corrupção e de apoio ao ex-juiz

Pedro Moraes

Reportagem Local

Vestidos predominantemente com as cores verde e amarelo, manifestantes protestaram, na tarde de domingo (30), em Londrina, a favor da operação Lava Jato e em apoio ao ex-juiz e atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. A concentração do movimento foi na rotatória das avenidas JK e Higienópolis, no Centro, e partiu em direção à Praça da Bandeira, ao lado da Catedral. A manifestação foi organizada pelos grupos Nas Ruas, Patriotas e Parlatório Livre e transcorreu de forma pacífica, em um grande grupo que reunia desde crianças até idosos.

Eles estavam munidos de cartazes com frases de ordem, nas quais protestavam contra o STF (Supremo Tribunal Federal) e contra alguns parlamentares, como o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “Toda nossa organização sai de vaquinhas e contribuições dos participantes. Não temos o apoio e nem a participação de nenhum partido político. Nosso foco é o apoio ao Sergio Moro, à Lava Jato e à Reforma da Previdência”, afirmou o publicitário Ricardo Correa, do Nas

Ruas. “Acredito que reunimos umas 5.000 pessoas. O movimento foi um pouco mais fraco por causa do feriado”, opinou Correa. A Polícia Militar não estava presente na Praça da Bandeira para aferir o público.

Entre os manifestantes estavam as irmãs Maria Froes, 75, e Luiza Pratts, 67. Elas estavam acompanhadas de filhos e netos, carregando cartazes feitos por elas mesmas. “Estamos lutando por um Brasil melhor. Acredito que o Sergio Moro fez um bem muito grande para o País e estamos aqui para apoiá-lo”, disse Froes. A presença da família em protestos não é uma novidade. Elas já estiveram nas ruas contra a corrupção em outras ocasiões. “Saí na época do impeachment do Collor e da Dilma. É muito importante participarmos deste movimento”, contou Pratts.

O movimento contou com dois carros de som e atraiu vendedores, que ofertavam camisetas nas cores da bandeira do Brasil. “Eu sempre venho. Tinha um estoque de camisetas da época da Copa, mas só participo de protestos a favor da Lava Jato e contra a corrupção”, explicou o ambulante Tales Rony. Já o operador de empilhadeira Pedro Teixeira vê

nas manifestações uma chance de aumentar a renda. Ele fica atento às pautas dos protestos e acompanha o noticiário para criar as estampas das camisetas. “Algumas eu mando fazer fora, outras eu mesmo faço. Eu concordo com o que o povo pede, então ganho o dinheiro e apoio o movimento”, declarou Teixeira.

### NACIONAL

Levantamento do site “G1” apontou – até o fechamento desta edição – que ocorreram protestos em 75 cidades de 24 estados e do Distrito Federal. Em Curitiba, a concentração foi às 15h, na Boca Maldita, e seguiu em direção à rua XV de Novembro, com a presença de um carro de som. Já em São Paulo, um grande boneco inflável com a imagem de Moro foi instalado junto a um caminhão de som, nas proximidades da avenida Paulista. Faixas e camisetas estampavam a frase “In Moro we trust”, na tradução do inglês “em Moro nós acreditamos”. Personalidades como a atriz Regina Duarte e o cantor Latino discursaram para os manifestantes.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

“A eleição passou. Quem perdeu, perdeu, quem ganhou, ganhou. Agora somos um povo só”, disse a atriz, que pediu a aprovação da reforma da Previdência.

Em Copacabana, no Rio, as críticas ao Supremo dividiram espaço com um “vaião” também aos chefes do Legislativo, homenagens ao menino Rhu-an Maicon - morto no Distrito Federal - e até um lamento coletivo pelo “politicamente correto” que impede chamar morador de rua de mendigo. Em Brasília, manifestantes se reuniram em frente ao Congresso Nacional e concentraram as críticas nos ministros do STF. Uma das pautas mais defendidas foi a CPI da Lava Toga, para investigar os magistrados. Em frente ao Congresso foram inflados quatro bonecos gigantes. Dois do ex-presidente Lula (ambos com roupa de presidiário), um de Moro vestido de super-homem e um que une três políticos: Lula, o ministro Gilmar Mendes (STF) e o ex-ministro do PT José Dirceu. Esse boneco associa o STF ao PT. (Com Folhapress)

01 JUL 2019

01 JUL 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### OPINIÃO DO LEITOR

#### **Moro**

É absolutamente inaceitável que 270 juízes da Ajufe (Associação Nacional de Magistrados) tornem-se signatários de um documento que, além de cancelar os atos ilegais que afrontam a Constituição praticados pelo juiz Sergio Moro e que se tornaram públicos através dos vazamentos divulgados pelo site The Intercept Brasil, também alega “não haver nada demais nessas denúncias”. Muito pior que esse corporativismo explícito é a negação do próprio direito, já que o respeito às leis deveria ser o norte desses servidores públicos. Fica evidente que nosso Judiciário está dominado pela doutrina reacionária, que tem feito tanto mal ao País nestes tempos obscurantistas.

**SANDRO FERREIRA** (representante comercial) - Ponta Grossa

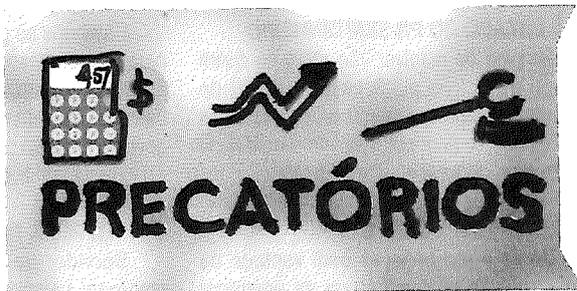
# IMPACTO PARANÁ

OSMANN DE OLIVEIRA **JUSTIÇA**

## ESTADO FAZ CHICANA JUDICIÁRIA

“Do fr. Chicane. SF

1. Sutileza capciosa em questões judiciais.
  2. ardil, tramóia”... contestar sem fundamento.
  3. suscitar dificuldades, por capricho e má fé”.
- (Aurélio – Dicionário da Língua Portuguesa)



O Estado do Paraná deve muito dinheiro ao funcionalismo. Condenado em diversas ações judiciais interpõe contestações, agravada, arrola testemunhas e se perde, apela e briga em todas as instâncias superiores. Vencido quando a parte requer o cumprimento de sentença, o que faz?

Impugna cálculos, indica peritos, discorda dos resultados que lhes não sejam favoráveis e joga a sua obrigação de pagar para oportunidades futuras, pois, a Constituição Federal lhes faculta a criação, o uso e o abuso desse instrumento chamado “precatório”, isto é um veículo judicial em que se roga de uma instância para outra que faça ou determine a finalização de uma decisão sem o que o julgador estaria sendo desautorado.

Em linguagem mais simples: o credor teria de acompanhar e verificar se o que lhe é devido entrou ou não no orçamento da União, Estado ou do Município e isto até 1º de julho do exercício anual – se não a sua pretensão ficaria para o ano seguinte.

Existem rogatórios de mais de anos e anos e muitos dos favorecidos já morreram e os seus herdeiros ficaram e continuam no chamado “ora veja”...

A esperança é uma virtude do ser humano, difícil, às vezes de ser alcançada, mas como diz o vulgo popular “é a última coisa que morre”, porque às vezes também, quem falece mesmo é quem acredita muito.

29 JUN 2019

É lamentável.

Não se deve negar que os eminentes desembargadores que passaram pela presidência do Tribunal de justiça tudo fizeram para que o Estado pagasse aos seus servidores, sobretudo, aos aposentados, mas nada conseguiram. Existem casos em que, até, a administração interna - Departamentos Financeiros ou Econômicos, ou assemelhados e, já, nesse passo, a Corregedoria poderia intervir – que criam casos e deles se aproveita o Estado para “inventar”, astuciosamente, problemas para os seus antigos servidores.

O Governo do Paraná, um jovem oriundo de camadas humildes, bem poderá perpetuar-se na memória do povo intervindo com energia nesse assunto para o fim de que a sua administração não venha a ser prejudicada e nem prejudicados o sejam todos os funcionários que serviram ou estejam servindo, ainda, ao Poder Público.

JORNAL DO ÔNIBUS 01 JUL 2019

# O Brasil na defesa da "Lava Jato"



Milhares de pessoas se reuniram no Centro de Curitiba para manifestar apoio à Operação Lava Jato e ao ministro da Justiça, Sérgio Moro, depois de material publicado na internet contra o ex-juiz. As manifestações ocorreram em 88 cidades brasileiras.

01 JUL 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Dodge contra Gleisi**

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o envio de inquérito no qual são investigados a ex-senadora, presidente do PT e atual deputada, Gleisi Hoffmann (PR), e seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, para a 13ª Vara Federal de Curitiba. Informação da Veja. O pedido foi direcionado ao ministro Edson Fachin, para que o processo seja enviado a Luiz Antonio Bonat, juiz titular da vaga que era de Sérgio Moro. ●

01 JUL 2019

## BEMPARANÁ

# Atos pró-Moro e Lava Jato atacam STF e Congresso

Manifestantes criticaram divulgação de mensagens de ministro e procuradores

Atos em defesa da Operação Lava Jato e do ministro da Justiça, Sergio Moro, ocorrem ontem em várias cidades brasileiras, com críticas ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso. Os manifestantes também criticaram a divulgação de mensagens trocadas entre Moro e procuradores da Lava Jato pelo site 'The Intercept Brasil', em parceria com outros veículos de comunicação, apontando a interferência do então juiz na operação. Em Curitiba, o ato começou por volta das 15 horas, na Boca Maldita, região central da Capital e tradicional palco de manifestações políticas.

Um carro de som e um boneco inflável do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também "animaram" o protesto. A Polícia Militar não divulgou uma estimativa do número de participantes.

Pela manhã, outro grupo de apoiadores do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) promoveu uma carreta, partindo do parque Barigui, e percorrendo as ruas da cidade. Os participantes também levantaram a bandeira da candidatura à reeleição de Bolsonaro para as eleições de 2022.

No interior do Estado foram registradas manifestações em Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu.

Bolsonaro se pronunciou pessoalmente sobre os atos nas redes sociais. "Aos que foram às ruas hoje (ontem) manifestar seus anseios, parabéns mais uma vez pela civilidade. A po-



Manifestantes na Boca Maldita, ontem: apoio a ministro e MPF

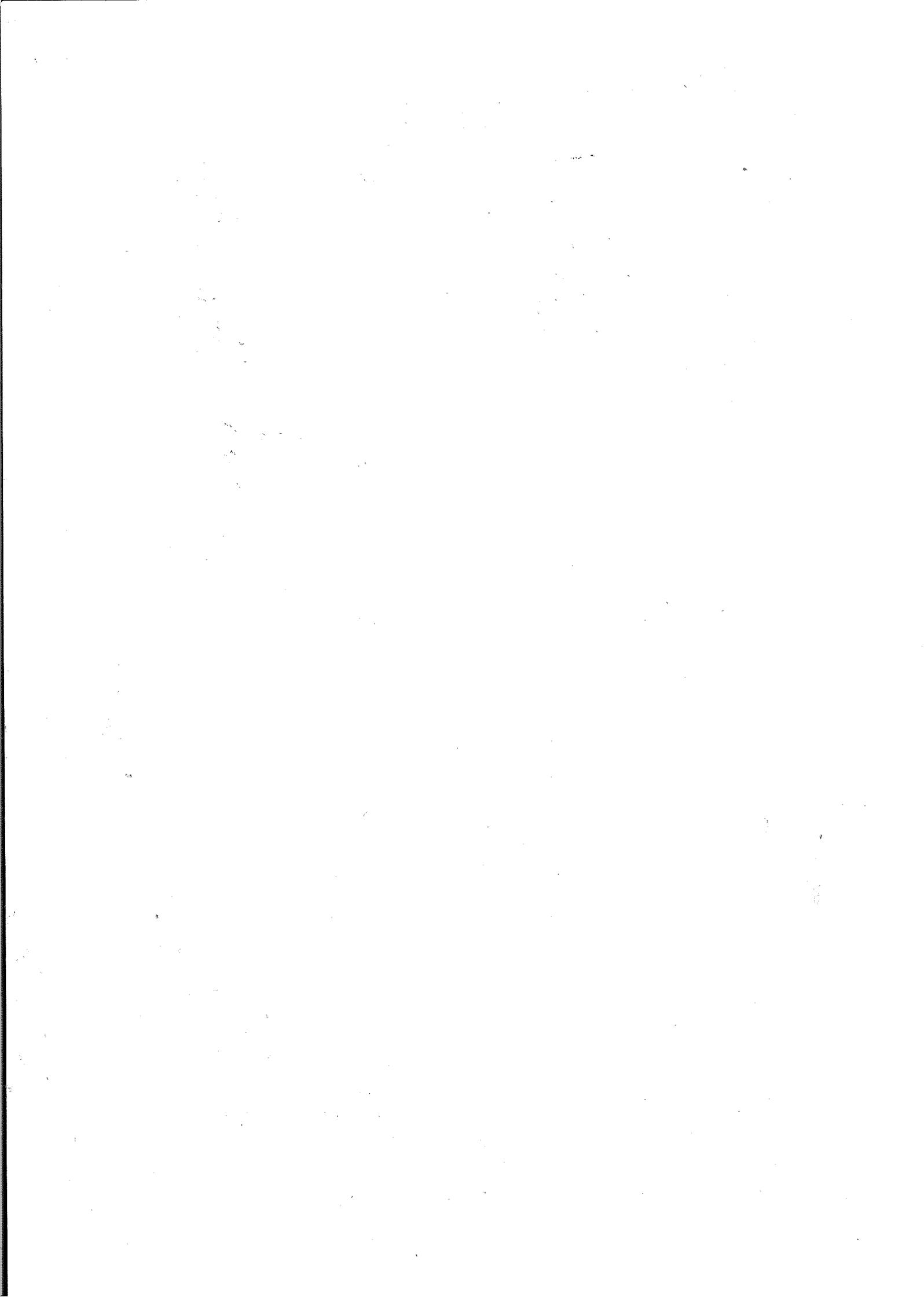
pulação brasileira mostrou novamente que tem legitimidade, consciência e responsabilidade para estar incluída cada vez mais nas decisões políticas do nosso Brasil", escreveu o presidente no twitter.

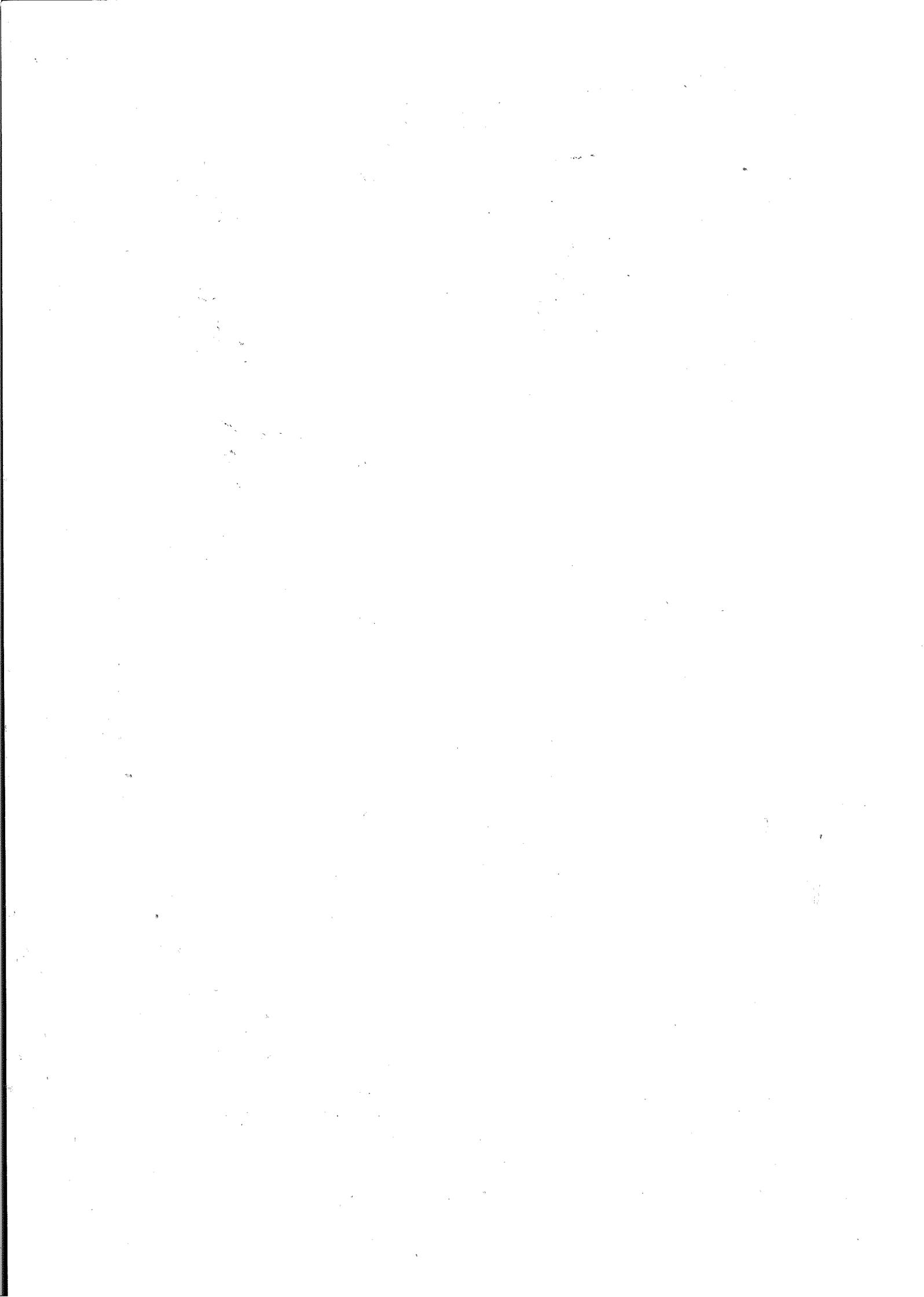
Em Brasília, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, e o deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL-SP), participaram dos atos. O ministro afirmou que os "esquedopatas e derrotistas" erraram sobre a provisão do encontro do G-20 e que o presidente Jair Bolsonaro saiu "homenageado" do Japão, onde ocorreu o encontro da cúpula.

Fins - Também no Rio de Janeiro, o Congresso e o Supremo foram os principais alvos do protesto na praia de Copacabana, movimento inicialmente organizado por grupos que apoiam Bolsonaro para prestar solidariedade a Moro. As acusações do Intercept foram minimizadas pelos participantes. Com

público estimado pela Polícia Militar em cerca de 10 mil pessoas, uma onda verde e amarela ocupou durante toda a manhã e começo da tarde pelo menos seis quadras da orla do bairro carioca, ancorada por oito carros de som e patrocinados por grupos que apoiam Bolsonaro, como Movimento Brasil Livre (MBL), Endireita Brasil, Vem pra Rua, Brasil Conservador, entre outros.

'Traidores' - O MBL, que não participou do último evento a favor do governo Bolsonaro, também chegou a ser hostilizado aos gritos de "traidor do País", devido a supostas críticas feitas ao governo, mas não se deixou intimidar. Do alto de um dos carros de som, representantes do grupo acusavam a esquerda de tentar dividir a direita, pedindo união e prometendo amor eterno ao ex-capitão. A polícia chegou a ser acionada após um breve tumulto entre manifestantes pró e contra MBL, mas nenhuma ocorrência foi registrada.





01 JUL 2019

# BEMPARANÁ

## MPF duvidou de empreiteiro da OAS

Novas mensagens divulgadas ontem pelo jornal 'Folha de São Paulo' em parceria com o site 'The Intercept Brasil' apontam que procuradores da operação Lava Jato tratavam com desconfiança as tentativas de acordo de delação do empreiteiro da OAS, Léo Pinheiro, que incriminou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no caso que o levou à prisão. De acordo com os trechos divulgados, as mensagens indicam que Pinheiro, ex-presidente da construtora, só passou a ser considerado merecedor de crédito após mudar diversas vezes sua versão sobre o apartamento tríplice de Guarujá (SP) que a empresa afirmou ter reformado para o

líder petista.

"Sobre o Lula eles não queriam trazer nem o apt. Guarujá", escreveu o promotor Sérgio Bruno Cabral Fernandes a outros integrantes da equipe que negociou com os advogados da OAS em agosto de 2016, numa discussão sobre a delação no aplicativo Telegram. "Diziam q não tinha crime." Pinheiro só apresentou a versão que incriminou Lula em abril de 2017, mais de um ano depois do início das negociações com a Lava Jato, quando foi interrogado pelo então juiz Sérgio Moro no processo do triplex e disse que a reforma do apartamento era parte dos acordos que fez com o PT para garantir contra-

tos da OAS com a Petrobras.

"A primeira notícia de versão do LP (Léo Pinheiro) sobre o sítio já é bem contrária ao que apuramos aqui", disse um dos procuradores, Paulo Roberto Galvão, no início de março. Após analisar relatos anexados à primeira proposta entregue pelos advogados da OAS, outro integrante da força-tarefa de Curitiba, Januário Paludo, disse aos colegas que achava o esforço inútil. "Tem que prender Leo Pinheiro. Eles falam pouco", escreveu. "Me parece que não está valendo a pena."

Inicialmente, Léo Pinheiro descreveu o triplex como um presente que oferecera a Lula sem pedir nada em troca.

### **Bloqueio**

A Vara Cível de Manguelina (região Sudoeste) decretou a indisponibilidade de bens, no montante de R\$ 721 mil, de 17 vereadores, ex-vereadores e servidores da Câmara Municipal da cidade que atuaram de 2009 a 2012. A decisão decorre de pedido do Ministério Público em ação civil pública por ato de improbidade administrativa referente ao recebimento indevido de diárias. Entre os investigados está o atual presidente da Câmara, Isaias Tranbulak (MDB), que teve R\$124 mil bloqueados pela Justiça.

### **Diárias**

Na ação, o MP apresentou notas de empenho e liquidação e relatórios de auditoria que demonstram o pagamento e o recebimento indevido de diárias. Segundo a promotoria, houve no período vários casos de pagamento de diárias de viagens não comprovadas ou com justificativas ausentes ou inválidas, bem como pagamentos sem existência do ato de concessão da diária, e mesmo diárias concedidas a vereadores presentes em sessão da Câmara ou durante o recesso parlamentar, entre outros.